

FORMULÁRIO-SÍNTESE DA PROPOSTA - SIPES
EDITAL Edital nº 006/2016 PROPP/ UEMS - Edital de Fluxo Contínuo para Cadastro de
Projetos de Pesquisa UEMS

Uso exclusivo da Pró-Reitoria de Pesquisa

PROCESSO Nº:

SIPES Nº: 252168.1136.4436.20112016
--

1. Introdução

1.1 Identificação da Proposta

Título:	Perspectiva(s) da(s) Territorialidade(s) e Desenvolvimento(s) a partir do Turismo de Experiência(s) em Mato Grosso do Sul, Brasil.
Coordenador:	Djanires Lageano Neto de Jesus / Docente
Tipo da Proposta:	Projeto Institucional
Edital:	Edital nº 006/2016 PROPP/ UEMS - Edital de Fluxo Contínuo para Cadastro
Instituição:	UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Geral:	Campo Grande - Unidade Universitária de Campo Grande
Unidade de Origem:	Turismo - Coordenação do Curso de Turismo
Início Previsto:	05/03/2017
Término Previsto:	05/03/2019
Possui Recurso Financeiro:	Não

1.2 Detalhes da Proposta

Natureza do Projeto:	Básica
Área de Conhecimento:	Ciências Humanas » Geografia
Grupo de Pesquisa no CNPq:	GEFRONTTER - Grupo de Estudos em Fronteira, Turismo e Território
Linha de Pesquisa:	Produção do espaço pelo turismo
Parecer do Comitê de Ética:	Não
Local de Realização:	Campo Grande-MS

1.3 Parcerias

Não há Instituição Parceira.

1.4 Descrição da Proposta

Resumo da Proposta:

O objetivo geral do presente estudo é investigar aspectos ou elementos de territorialidade e desenvolvimento regional/local das cidades indutoras de turismo em Mato Grosso do Sul, sobretudo na capital Campo Grande, na busca de possíveis relações e possibilidades para e na implantação do segmento Turismo de Experiência. A metodologia proposta será baseada a partir da investigação qualitativa de caráter bibliográfico, documental e social, integrando o grupo de pesquisas de ordem qualitativa. Os resultados esperados com a pesquisa ao longo dos dois anos de duração é de caracterizar o mapa turístico de Mato Grosso do Sul, a partir das cidades indutoras de turismo (Campo Grande, Bonito e Corumbá) previstas na Política Nacional de Turismo, mediante os aspectos territoriais e em processos de desenvolvimento local/regional; Investigar propostas e atividades de Turismo de Experiência no território sul-mato-grossense buscando identificar a presença de aspectos e elementos que configuram este segmento de turismo em relação ao cuidado e conservação das culturas locais/regionais; e Identificar possibilidades para contribuir em processos de conservação das culturas, por meio da territorialidade e do desenvolvimento regional/local, via modalidade Turismo de Experiência, na perspectiva dos processos interculturais e multidimensionais do desenvolvimento.

Palavras-Chave:

Turismo de Experiência, Cidades Indutoras, Territorialidade, Desenvolvimento

Informações Relevantes para Avaliação da Proposta:

Ao longo dos anos, desde a divisão do estado em 1977, o estado de Mato Grosso do Sul vem caminhando rumo ao desenvolvimento socioeconômico e cultural. Apesar disso, e mesmo o turismo local/regional ter alcançado uma fatia do mercado enquanto destino e ter sido contemplado entre os 65 municípios do Brasil com três regiões indutoras do turismo, sendo as três reconhecidas pelo Ministério do Turismo que são Pantanal, que tem como município indutor Corumbá, a Serra da Bodoquena, onde Bonito é o atrativo e Caminhos dos Ipês que tem como cidade indutora a capital, Campo Grande ainda é preciso avançar enquanto política pública. Para tanto, o objetivo geral do presente estudo é investigar aspectos ou elementos de territorialidade e desenvolvimento regional/local das cidades indutoras de turismo em Mato Grosso do Sul, sobretudo na capital Campo Grande, na busca de possíveis relações e possibilidades para e na implantação do segmento Turismo de Experiência. A metodologia proposta será baseada a partir da investigação qualitativa de caráter bibliográfico, documental e social, integrando o grupo de pesquisas de ordem qualitativa. Os resultados esperados com a pesquisa ao longo dos dois anos de duração é de caracterizar o mapa turístico de Mato Grosso do Sul, a partir das cidades indutoras de turismo (Campo Grande, Bonito e Corumbá) previstas na Política Nacional de Turismo, mediante os aspectos territoriais e em processos de desenvolvimento local/regional; Investigar propostas e atividades de Turismo de Experiência no território sul-mato-grossense buscando identificar a presença de aspectos e elementos que configuram este segmento de turismo em relação ao cuidado e conservação das culturas locais/regionais; e Identificar possibilidades para contribuir em processos de conservação das culturas, por meio da territorialidade e do desenvolvimento regional/local, via modalidade Turismo de Experiência, na perspectiva dos processos interculturais e multidimensionais do desenvolvimento.

1.4.1 Justificativa

Ao longo dos anos, desde a divisão do estado em 1977, o estado de Mato Grosso do Sul vem caminhando rumo ao desenvolvimento socioeconômico e cultural. Apesar disso, e mesmo o turismo local ter alcançado

uma fatia do mercado enquanto destino e ter sido contemplado entre os 65 municípios do Brasil com três regiões indutoras do turismo, sendo as três reconhecidas pelo Ministério do Turismo que são Pantanal, que tem como município indutor Corumbá, a Serra da Bodoquena, onde Bonito é o atrativo e Caminhos dos Ipês que tem como cidade indutora a capital, Campo Grande, ainda assim é perceptível a necessidade de profundidade para as políticas de incentivo junto a cadeia produtiva do turismo do Estado, evidenciando esse segmento como uma das principais atividades econômicas do mundo como referência na geração de empregos e rendas (FUNDTUR/MS, 2016).

Campo Grande-MS, uma das cidades mais bem planejadas e urbanizadas do Brasil. Está localizada geograficamente na posição central de Mato Grosso do Sul e Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), com 8.118,4 Km², ocupando 2,27% da área total do estado, é o corredor para todos pontos turísticos do Estado, ficando a uma distância média de 300 km do Pantanal e Bonito. Possui a maior área verde contínua do mundo. São aproximadamente 500 hectares, compostos pelo Parque dos Poderes, Parque das Nações Indígenas e Reserva Ecológica, além do Horto Florestal, praças, jardins e ruas largas arborizadas por todos os cantos da cidade. Do ponto de vista logístico está situada entre as duas maiores hidrovias do mundo: a do rio Paraguai e a do Paraná/Tietê. O clima predominante é do tropical chuvoso de savana, caracterizado por má distribuição das chuvas, com ocorrência bem definida de um período seco, durante os meses mais frios do ano, e um período chuvoso, durante os meses de verão. A temperatura média do inverno é de 18,6 graus e no verão de 28,7 graus (CAMPO GRANDE - 100 ANOS DE CONSTRUÇÃO, 1999).

A “cidade morena” assim chamada pelo povo que nela vive é uma mistura de culturas. Nela se encontram diversos atrativos turísticos de lazer e entretenimento vinculados ao circuito dos eventos locais tais como a Casa do Artesão; a Feira Central; a Morada dos Baís – Pensão Pimentel; Estação Ferroviária; Mercado Municipal; Memorial da Cultura Indígena; Museu José Antônio Pereira; Praça das Araras, Praça Ary Coelho, entre outros atrativos contemplados nos bairros da capital (40 pontos turísticos) por meio de um ônibus que realiza o city tour no município.

Em Corumbá, a Festa “Banho de São João” tornou-se um atrativo para aqueles que buscam entretenimento e lazer, reforçados por compras na Bolívia e também por passeios turísticos, como as visitas no patrimônio cultura como o casario do Porto Geral, a pesca no Rio Paraguai, city tour, entre outras belezas naturais possíveis no Pantanal sul-mato-grossense (SANTOS; SOUZA; BARROS, 2015).

Sobre a cidade de Bonito, uma das cidades indutoras de MS, é um destino turístico de natureza destacado e consagrado no Brasil e internacionalmente. Localiza-se no sudoeste do estado do Mato Grosso do Sul, na Serra da Bodoquena, a 265 km de distância da capital estadual, Campo Grande, e 1399 km de distância da capital federal do Brasil, Brasília (FAGUNDES; ASHTON, 2016).

Sua localização geográfica, às margens da Serra da Bodoquena com verdadeiros santuários de vegetais, animais e de vistas singulares, também contribuíram para esse reconhecimento. Nesse aspecto, recebeu incentivo e contribuições de profissionais do setor público e privado para dar cabo da responsabilidade a ele atribuída – destino turístico de natureza – contribuindo, ainda para o desenvolvimento sustentável em nível regional (FAGUNDES; ASHTON, 2016).

Em Bonito é possível contemplar muitas opções de lazer em meio à natureza. O município possui mais de 40 atrativos turísticos, dentre eles o Abismo Anhumas, uma caverna no qual o turista pode praticar o rapel a uma altura de 72 metros de descida vertical, contando com a ajuda de monitores e instrutores, para garantir sua segurança; o Aquário de Bonito, que mostra a grande variedade de peixes da região, além de espécies exóticas do Pantanal e arraias de água doce, bem como a interação com as espécies; Aquário Natural, espaço marcado pela transparência das águas, repletas de cardumes de peixes de mais de 30 espécies diferentes, lugar onde além de trilhas, o turista pode praticar a flutuação, sendo que a infraestrutura do local conta com restaurante, museu de história natural, loja de artesanato e piscinas para treinamento de flutuação; Balneário Municipal, onde os turistas podem desfrutar de águas cristalinas, o que permite uma visão nítida de peixes de cores e tamanhos variados, entre outros atrativos (FAGUNDES; ASHTON, 2016).

Analisando os destinos que foram escolhidos como indutores turísticos e relacionando ao contexto do turismo sul-mato-grossense com as políticas públicas adotadas percebe-se o alinhamento das motivações dos consumidores do turismo, ou seja, o turista, que demanda naturalmente dessas localidades múltiplas experiências, baseadas sobretudo nos aspectos sociais, culturais e/ou ambientais.

Dessa forma, a relação entre o turismo, cultura e viagens em busca de inovações por experiências é algo profundo e não pode ser transferido, justamente por ser única a cada ser humano que vive essa sensação. É viver a vida, de uma maneira que supere a banalidade, a trivialidade, pois implica em uma somatória de imaginação, emoção e conhecimento (TRIGO, 2010).

O conhecimento humano surge a partir da experiência sensorial, do uso exclusivo dos sentidos, seja de maneira direta ou indireta, a experiência é uma fonte primária do conhecimento (KIM, 2011). Essa ideia encaminha a apresentação de referenciais relativa a segmentação do Turismo de Experiência, que engloba desejos e realizações pessoais, instiga o ser humano a repensar sobre o modo de vida, algo profundo e único, provocando ou possibilitando com que ele se reconecte consigo, com o outro e com a natureza.

A partir do contexto apresentado, acredita-se que o projeto de investigação científica que permeia sobre o levantamento dos elementos de territorialidade e desenvolvimento regional/local das cidades indutoras de turismo em Mato Grosso do Sul, sobretudo na capital Campo Grande, na busca de possíveis relações e possibilidades para e na implantação do segmento Turismo de Experiência se justifica pelos seguintes aspectos:

 Viabilidade socioeconômica:

O turismo tem efeitos econômicos diretos e indiretos na economia de um país. Os efeitos são os resultantes da despesa realizada pelos turistas dentro dos próprios equipamentos turísticos e de apoio, pelos quais o turista pagou alguma coisa. Os efeitos indiretos do turismo são resultantes da despesa efetuada pelo equipamento e prestadores de serviços turísticos na compra de bens e serviços de outro tipo (BARRETO, 2005).

Segundo dados da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR) 2014, seguindo as estatísticas positivas na geração de empregos, revelam que o volume de turistas estrangeiros visitando os destinos de Mato Grosso do Sul teve aumento de 12,26% em 2012 se comparado com o fluxo anual em 2011. A média nacional no período foi de 6,71%. Os dados revelam a potencialidade do turismo na economia estadual, incluindo Campo Grande nesse cenário, principalmente por ser a “porta” de entrada do turismo no Estado, em detrimento, sobretudo, pela malha aérea e o posicionamento estratégico. Além disso, é destaque para a Capital a sinalização turística, centro de atendimento ao turista, espaços para eventos, capacidade dos meios de hospedagem e dos restaurantes, atrativos naturais, culturais, eventos programados e realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Outro exemplo marcante da viabilidade econômica, é o caso do maior evento realizado em Corumbá, a Festa de São João, que segundo uma pesquisa realizada pela Fundação de Turismo do Pantanal em 2014 feita com comerciantes ambulantes que trabalharam no evento em junho de 2015, apresentou que 50% dos visitantes possuem renda até R\$ 3.000,00 e 28% declararam possuir renda acima de R\$ 5.000,00, enquanto no Carnaval Cultural de 2014, por exemplo, este percentual não chegou a 20% (SANTOS; SOUZA; BARROS, 2015).

Os visitantes do referido evento tiveram a maior participação nos gastos realizados, mais de 60%, o que pode ser explicado pela necessidade de utilizar os serviços de hospedagem e restaurantes disponíveis em Corumbá. Enquanto os turistas consumiram em torno de R\$ 328.243,65 com alimentação em restaurantes locais, o que corresponde a 78,7% do valor total, os residentes desembolsaram apenas R\$ 88.642,07. Em contrapartida, os gastos realizados pelos residentes na festa do Banho de São João superaram em R\$ 281.517,15 o consumo dos turistas (SANTOS; SOUZA; BARROS, 2015).

No contexto até o momento apresentado, possibilita perceber que os atores envolvidos na atividade turística devem dispensar atenção especial, sobretudo por envolver as comunidades locais. Para tanto, o profissional do turismo, deve ser estimulado para se habilitar como interlocutor social no diagnóstico turístico, refletindo e interagindo com diversos atores/agentes econômicos, sociais e políticos, em iniciativas locais/ regionais de desenvolvimento, no sentido de traduzir suas potencialidades (capacidades, competências, habilidades e atitudes), com poder de discernimento, capacidade de auto organização, em empreendedorismo, no desencadeamento de rumos criativos, interativos, cooperativos e inovadores baseados em valores éticos, que impliquem desenvolvimento territorial sustentável.

 Viabilidade cultural:

Nesse contexto, a viabilidade de desenvolvimento da pesquisa se promove a partir a abordagem de um lado, a dimensão cultural construída no contexto de relações existenciais dos indivíduos entre si e com o território vivido, como referência de base na construção, manutenção e reconstrução dos territórios. De outro, no que se relaciona à interculturalidade, vista como capacidade dos atores locais em conviver com o “diferente” num processo relacional permanente e dinâmico de comunicação e negociação, inovador das práticas sociais de convivência na reinvenção constante do território.

Considerando os aspectos culturais de Campo Grande os espaços existentes demonstra-se que os migrantes e imigrantes moradores construíram na cidade, clubes de suas respectivas colônias, como é o caso do Centro de Tradições Gaúchas, Clube Estoril – Associação Luso Brasileira de Campo Grande, Clube Libanês e Surian, de propriedade de árabes, sírios, libaneses, turcos, armênios e palestinos, Clube da Associação Paraguaia, os japoneses que instituíram a Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira, o Clube Cruzeiro e a Associação Okinawa, entre outros (CABRAL, 1999 apud SOTTILI GARCIA, 2013).

Por sua vez, o material de divulgação da Prefeitura Municipal de Campo Grande, por meio da SEDESC, considera 84 atrativos turísticos na cidade, destacando-se que, desse total o ônibus city tour apresenta 45 atrativos turísticos, e a parada para visitação acontece no Memorial da Cultura Indígena diariamente, e aos sábados, além do Memorial, acrescentou-se uma parada no Museu Dom Bosco (CAMPO GRANDE, 2012e apud SOTTILI GARCIA, 2013).

Sobre o aspecto cultural de Corumbá, segundo Santos; Souza; Barros (2015) atualmente a mineração e a agropecuária são as principais atividades econômicas do município de Corumbá. Porém, nas últimas décadas, o turismo também vem se destacando, em particular, o turismo de eventos que está em plena ascensão. O Banho de São João, juntamente com o Carnaval Cultural e o Festival América do Sul, são as principais atrações festivo-turísticas do calendário de eventos do município. Além disso, o fenômeno movimentou o comércio e o turismo, trazendo um grande número de visitantes de diferentes estados brasileiros e também de países vizinhos.

Contextualizando a viabilidade cultural em Bonito, o destaque está direcionado ao Festival de Inverno, que no ano de 2015 teve uma estimativa de mais de 33.000 pessoas durante os dias de realização. Em 2016 completa sua XVII edição e contando com 83 atividades artísticas, 21 nacionais e 62 do Estado (FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MS, 2016).

Sobre as apresentações musicais, o Festival de Inverno, oferece teatro, dança, circo, exposições de artes plásticas, mostra de cinema, literatura, oficinas e debates. Dentro da programação, também tem visitação com vagas limitadas ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena para turistas e moradores. Além dos shows promovidos, foi instalado o Espaço Literatura, para lançamento de livros de autores regionais e discussões com escritores convidados.

Além disso, apresenta a exposição de artesanato 'Brasil, Mato Grosso do Sul e Bonito', que tem artesanatos das etnias Atikum, Guarani kaiuá, Guató, Kadiwéu, Kamba, Kinikinawa, Ofaié e Terena instalados na Tenda dos Saberes Indígenas - Planetário do Céu Guarani, um observatório solar indígena compacto, para observação astronômica com uso de telescópios (FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MS, 2016).

Considerando o contexto cultural sul-mato-grossense, acredita-se, portanto, que identificar possibilidades para contribuir em processos de conservação das culturas, por meio da territorialidade e do desenvolvimento regional/local, via modalidade Turismo de Experiência, pode contribuir nos processos interculturais e multidimensionais do desenvolvimento.

 Viabilidade ambiental:

Considerando a proposta de investigar modalidades de Turismo de Experiência no território sul-mato-grossense buscando identificar a presença de aspectos e elementos que configuram este segmento de turismo em relação ao cuidado e conservação das atrações sejam elas artificiais e/ou naturais, revela-se que as cidades de Campo Grande, Bonito e Corumbá possuem peculiaridades no entanto similaridades, sobretudo no que tange a característica de flora e fauna provenientes da biodiversidade pantaneira.

Em Mato Grosso do Sul, misturam-se vegetações de todo o Brasil, incluindo os cerrados que recobrem predominantemente a maior parte do estado, com destaque para a existência de floresta estacional semidecidual, além da presença de Pampas e da Mata Atlântica. A planície pantaneira é considerada um

dos biomas com maior abundância da biodiversidade brasileira, embora seja pouco rica em número de espécies. A fauna é composta por aproximadamente 650 espécies de aves (cabeças-secas, garças e jaburus, martim-pescador, biguás, pato-do-mato, colhereiro, jaçanã, anu-branco, pica-pau, entre outras), 240 espécies de peixes (piranha, pintado, pacu, curimatá e dourado), 50 de répteis, 80 de mamíferos, além de uma imensa diversidade na flora que abriga pastagens nativas, plantas apícolas, comestíveis, taníferas e medicinais (NETO DE JESUS, 2012).

Nesse aspecto, inevitável destacar que a planície pantaneira é um ecossistema único, possuindo uma enorme biodiversidade compondo e constituindo-se com as culturas pantaneiras, originando um valor diferenciado pela multiplicidade de suas riquezas. Possui um ecossistema úmido, de formação múltipla, diversos ecossistemas integrados em um só. Por apresentar diferentes e distintas formações, sejam, geológicas, hidrográficas, fauna, flora e topográfica, é considerado um bioma dentro do território brasileiro (GONÇALVES, 2016).

No ano de 2014, a região do Pantanal, houve um aumento significativo na visitação de turistas, conforme o Observatório de Turismo de Corumbá, gerando R\$ 104,1 milhões à economia. Isso ocorreu porque esse bioma foi eleito como o quarto melhor destino para apreciar a vida selvagem, conforme um portal de notícias norte americano (ABEOC, 2015).

Vale destacar que Campo Grande é privilegiada pela sua vegetação que contribui para dar à capital um aspecto de cidade interiorana, por ser possível encontrar em seu espaço urbano animais da fauna silvestre, como capivaras, araras, entre outros. (SOTTILI GARCIA, 2013). Além disso, a cidade dispõe de diversos parques urbanos, reservas, nascentes, além de uma flora e fauna abundante.

 Viabilidade técnico-científica:

Acredita-se que a viabilidade técnico-científica parte de pressuposto da responsabilidade dos agentes educacionais de fomento à pesquisa assim como as Instituições de Ensino Superior (IES) que alicerçam sua existência a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, indistintamente.

Nessa perspectiva, a partir da pesquisa poderá estimular, por meio dos cursos de graduação instalados sobretudo na Capital, entre eles os cursos de Turismo tanto da UEMS como da UFMS, a elaboração de diagnósticos técnico-científicos sobre condições e dinâmicas de desenvolvimento de sistemas territoriais, em suas articulações multidimensionais (humano, social, cultural, econômico, político) com outros territórios, com suas múltiplas escalas territoriais (microrregional, estadual, macrorregional, nacional) e com o nível internacional, num esforço contínuo do avanço nas fronteiras do conhecimento sobre processos de desenvolvimento de natureza complexa e sistêmica.

O profissional envolvido na dinâmica da pesquisa poderá se preparar como pesquisador a contribuir na construção e disponibilização de novas oportunidades de mercado ajustada às culturas e necessidades territoriais específicas, numa priorização da promoção da vida humana.

Diante do contexto apresentado, importante reiterar que o turismo é um fenômeno extremamente complexo e diferenciado. Proporciona às pessoas, lazer, entretenimento, cultura, descanso, fuga da rotina maçante do trabalho, realização de sonhos e, principalmente a felicidade por meio da “experimentação” no seu sentido mais completo da palavra, mas antes de tudo, é necessário planejamento preciso em cada atividade específica, para que um sonho não se transforme em pesadelo.

1.4.2 Fundamentação Teórica

O CONTEXTO DAS EXPERIÊNCIAS

A experiência sensorial está interligada com o conhecimento empírico e diretamente com as sensações e ambas se fundem no ser humano, este que é um ser racional e sedento por vivenciar sempre novas experiências que o transformam e as percebem. O ser humano está sempre em construção e em múltiplas direções ou dimensões. Por meio das experiências temos nossas percepções sensoriais, ou seja, as ideias de algo. São pelas experiências sensoriais e percepções que detemos a possibilidade de elaborar as ideias e descrevê-las. Isso quer dizer, apenas posso descrever com fidelidade as experiências vividas, sentidas e percebidas no corpo, os quais mudam de intensidade e de descrição com o passar dos tempos (GONÇALVES, 2016).

Para tratar dessa questão sobre o conceito de experiência necessário o que se fez foi buscar no

empirismo filosófico, referencial prático-teórico para a compreensão do que tem sido entendido por experiência no campo do turismo.

Para os principais representantes ingleses empiristas como David Hume e John Locke o conhecimento resulta de uma base empírica que só pode ser adquirida com a experiência sensorial ponderado pelo nosso cérebro, com percepções da realidade, dando ênfase ao papel da experiência sensível no processo do conhecimento (STEPHEN, 2014). O método utilizado para o empirismo é indutivo e utiliza a probabilidade, desta maneira, a formulação de hipóteses, observação e verificação com base em experimentos (ARANHA; MARTINS, 1993; MARCONDES 2005). Neste sentido, salientam-se os aspectos individuais das vivências e experiências sensoriais. Portanto, para os empiristas, o conhecimento é adquirido por uma somatória e associação das sensações e das percepções sensoriais, que se somados a estas frequências de repetição e da sucessão dos nossos estímulos externos, tornam-se experiências que logo se tornam hábitos (GONÇALVES, 2016).

O conhecimento para os empiristas inicia-se pelas experiências por meio dos sentidos, denominando-se sensações. Estas sensações são pontuais e ocorrem no intelecto dos indivíduos e depois de reunidas são chamadas de percepções. Aquele que tem as percepções tem a possibilidade de associá-las, unificá-las, organizá-las e sintetizá-las dentro de três perspectivas: de semelhança, proximidade ou sucessão temporal. As associações são as ideias, que trazidas se tornam experiências, onde perpassam a sensação e a percepção - se convertem em hábitos e são levadas à memória. Após todo esse trajeto a razão os transforma em pensamentos (CHAUÍ, 2006). Neste sentido, para Berkeley (1992, p. 546):

[...] os objetos do nosso conhecimento são as ideias; estas se reduzem a sensações; as combinações constantes de ideias são as coisas; mas as ideias e suas combinações constantes estão apenas na mente; as sensações são sempre concretas e individuais, por isso as ideias abstratas são somente ilusão [...]

Para melhor compreender o significado de experiência, de maneira ampla, buscou-se a origem da palavra, cuja origem grega: *empeiria* significa um saber de experiência sensível e permite a fins práticos (MARCONDES, 2005). Para Turner (1982), um ensaio sobre a etimologia da palavra inglesa experiência traz interessantes e possíveis relações com objeto desta investigação. Experiência, uma palavra,

[...] inglesa com uma derivação da base indo-européia* *per-* 'tentar, aventurar-se, arriscar' – podendo ver como seu duplo "drama", do grego *dran*, 'fazer', espelha culturalmente o 'perigo' etimologicamente implicado na palavra 'experiência'. O Cognato germânico de *per* relaciona experiência com 'passagem', 'medo' e 'transporte', porque *p* torna-se *f* na lei de Grimm. O grego *peraō* relaciona experiência a "passar através", com implicações em ritos de passagem. Em grego e latim, experiência associa-se a perigo, pirata e *ex-per-imento*. (TURNER, 1982, p. 17-18).

A experiência sensorial recebe dos sentidos e os repete pela memória que tem a capacidade de estabelecer as relações dos dados sensoriais que são nela retidos (GONÇALVES, 2016). A experiência está baseada na repetição, no seu saber-fazer, após isso, apresenta a arte ou técnica, deixando de ser apenas prática passando ao conhecimento junto com as regras. Como última etapa desse conhecimento, há a episteme, ou seja, o saber teórico, a ciência, este saber teórico é mais contemplativo, não tendo fins mais práticos ou imediatistas, onde o desejo pelo conhecimento e o saber teórico deve ter um caráter gratuito (MARCONDES, 2005). A experiência é derivada da memória, nos homens sendo de conhecimento particular, ou seja, individualizada.

A Metafísica na visão e entendimento de Aristóteles apud Gonçalves (2016) investiga:

Aquilo sem o que não há seres sem conhecimento dos seres: os três princípios lógicos-ontológicos e as quatro causas ;

Aquilo que se faz um ser, ser necessariamente o que ele é: matéria , potência , forma e ato ;

Aquilo que faz um ser, ser necessariamente como ele é: essência e predicados ou categorias ;

Aquilo que se faz um ser existir como algo determinado: a substância individual (substância primeira) e a substância como gênero ou espécie (substância segunda) (CHAUÍ, 2006, p.191).

Desta maneira, o conhecimento é transmitido de três formas: “[...] por inscrição, isto é, de modo inato, por tradição - transmissão - ou por experiência sensível” (MICHAUD, 1986, p.23). John Locke diz que a lei natural não é inata, que também não é conhecida pela sua forma de transmissão e as fontes de conhecimento são dadas por uma experiência sensível (MICHAUD, 1986), distinguindo assim claramente duas fontes possíveis para nossas ideias: a sensação, sendo a primeira o “[...] resultado da modificação feita na mente através dos sentidos” e a reflexão que “[...] é a percepção que a alma tem aquilo que nela ocorre. Assim, a reflexão se reduz apenas à experiência interna do resultado da experiência externa produzida pela sensação” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 107).

A teoria da Experiência em John Locke resume-se da seguinte maneira:

1º - redução da E. à intuição das coisas (sensação) ou de atos internos (reflexão); 2º resolução da sensação e da intuição em elementos simples, entendidos cartesianamente como ideias; 3º uso da noção de E. como critério ao mesmo tempo limitativo e fundamentador do conhecimento humano, já que este não pode ir além da E. que lhe fornece ideias e, ao mesmo tempo, recebe da E., com o material indispensável e com os nexos que esse material apresenta, o critério da sua validade (ABBAGANNO, 2000, p.409).

Para Locke (1991 apud MARCONDES, 2005), o nosso conhecimento é fornecido pela percepção sensível, sendo resultado de como elaboramos os dados que nos são fornecidos, através das experiências e reflexão, ocorrendo por meio das ideias, sendo que ideias “[...] são signos mentais das coisas, as palavras são signos das ideias [...] é por meio das ideias que as palavras se referem às coisas [...]” (MARCONDES, 2005, p.181). Com relação a produção do conhecimento para o autor, deriva das experiências sensíveis, logo, são oriundas das sensações, estas que quando recebemos as impressões das coisas externas se tornam ideias.

As ideias podem ser divididas em simples: qualidades primárias (solidez, movimento, número, repouso) e qualidades secundárias (sabor, som, odor). As primeiras são objetivas, pois existem nas coisas e as segundas são subjetivas, ou seja, variam conforme as ações do sujeito (GONÇALVES, 2016). Existem também as ideias complexas, estas que se formam no intelecto e não possuem uma validade objetiva, sendo estas de valor prático seguindo Aranha e Martins (1993).

Outro filósofo do empirismo, Berkeley, afirma que todo nosso conhecimento deve vir da experiência sensorial e tem seu acesso por meio das percepções, sendo que essas percepções são apenas ideias e elas interagem com os sentidos, ou seja, as ideias são sensações que se tornam percepções (KIM, 2011; REALE, ANTISERI, 1990, MARCONDES, 2005).

É a partir da memória que o ser humano tem suas experiências, pois elas ocorrem com recordações repetidas e assim se tornam uma experiência única, e esta, torna-se quase parecida com a arte e a ciência. Portanto, as experiências são únicas e singulares (MARCONDES, 2005). A experiência é construída pelo humano, tem um dado subjetivo e precisa ser revisto, o saber humano é determinado por impressões que surgem de sensações, o conhecimento deve ocorrer por meio de experiências e não deduções (KIM, 2011).

Segundo Michaud (1986, p. 24), “[...] a lei natural é assim deduzida da consideração dos fatos, especialmente dos fatos da natureza humana. É o que Locke tinha em vista ao dizer que a lei natural é conhecida pela razão a partir da experiência sensível”.

As ideias são derivadas da percepção sensível e são representadas no real, ou seja, “[...] Chamo de ideia, tudo aquilo que o espírito percebe em si mesmo ou que é objeto imediato da percepção, do pensamento ou do intelecto, já o poder de produzir uma ideia em nosso espírito eu chamo de qualidade do sujeito em que reside tal poder [...]” (REALE; ANTISERI, 1990, p. 513), assim é a fonte do conhecimento.

Desta maneira, o conhecimento não é inato, e sim resultado de como o ser humano elabora os dados por meio de experiências sensoriais, percorrendo o caminho psicológico, assim sendo, estudando as sensações e distinguindo ideias em sensações e reflexões, logo, ideias são sensações e o conhecimento é fruto dessas sensações, sendo que a mente percebe todas essas sensações e faz uma combinação entre elas (REALE; ANTISERI, 1990).

Para Tuan (1983, p. 10), a experiência tem uma conotação de passividade onde,

[...] experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele [...] o que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento.

As experiências são individualizadas, contudo permitem a divisão com os outros, além de estimular as experiências com os outros, elas são a observação de objetos externos como da mente, porém são únicas e cada um tem sua forma de experienciar. Assim sendo se dividem em dois tipos: a) externas - que são as propriedades dos objetos em si de onde se originam ideias simples de sensação, podendo ser essas sensações dadas por um único sentido ou por vários, sensações objetivas que realmente existem nas coisas conhecidas como: cor, extensão, o movimento, ou seja, a forma como observamos os objetos; b) internas - são aquelas que possuem as características do objeto, como o odor, sabor, variando de sujeito para sujeito ou seja, são subjetivas (ARANHA; MARTINS, 1993; CABRAL, 2013; REALE; ANTISERI, 1990).

Nessa perspectiva, a sensação é o resultado da modificação feita na mente através dos sentidos. A reflexão é a percepção sensorial que a alma tem daquilo que nela ocorre. Portanto, a reflexão se reduz apenas à experiência interna do resultado da experiência externa produzida pela sensação (ARANHA; MARTINS, 1993). Para Berkeley, “[...] a conexão entre diversos tipos de sensações não é uma questão de lógica ou objetiva, mas somente fruto da experiência. É a alma humana que vincula as “sugestões” dos vários conteúdos das diversas sensações” (REALE; ANTISERI 1992, p. 539).

Na tese de David Hume, assim como nos demais empiristas, é através das ideias que se originam as experiências sensíveis e seu critério de validação é por meio das percepções (MARCONDES, 2005). Portanto, com a experiência percebe-se que há uma apresentação de conjunção de maneira constante entre os fenômenos e não uma conexão que se chama de causalidade. Assim, compreende-se que essa noção de causalidade é resultado da regularidade, ou melhor, da repetição da experiência de uma conjunção frequente dos fenômenos, isso é, uma maneira de notar o real, é uma forma das ideias derivadas da reflexão da nossa mente (MARCONDES, 2005). As experiências após sucessivas repetições criam o que se chama de hábitos e conseqüentemente se tornam experiências.

Nas relações com a experiência, ou seja, das nossas impressões e a maneira que é elaborada, David Hume afirma que não podemos ter outra representação da nossa mente que seja independente da nossa experiência sensorial, ou seja, de nossas impressões sensíveis e da maneira como as elaboramos. “[...] O “eu” (self), portanto, nada mais é do que um feixe de percepções que temos em um determinado momento e que varia na medida em que essas percepções variam [...]” (MARCONDES, 2005, p. 183).

Para que haja essa definição do “self”, é necessário definir alguns parâmetros: qual a posição na árvore genealógica da família, o espaço social no qual se está inserido, a geografia e suas relações com o meio que se convive e se percebe inserido, as orientações morais e espirituais que definem o sujeito e, como elas têm significação para ele a partir do momento que faz uma movimentação de questionamentos e indagações sobre o que busca e encontra de maneira que seja orientado para o bem. O self pode ser compreendido como um “objeto” a ser conhecido para si mesmo, sendo este constituído sem qualquer identidade, apenas por sua autoconsciência, porém, “[...] a própria ideia de ter ou ser ‘um self’, de o agir humano ser essencialmente definido como “o self” é reflexo linguístico de nossa compreensão moderna e da reflexão radical que ela envolve” (TAYLOR, 1994, p.231).

Por conseguinte, o auxílio da experiência se faz necessário para que as proposições entre causa e efeito e as relações com as descobertas da razão passem pelas experiências. “[...] As inferências tiradas das experiências são efeitos do costume [...] o costume [...] é o único princípio, que torna útil nossa experiência e nos faz esperar, no futuro, uma série de eventos semelhantes àqueles que apareceram no passado” (HUME, 1972, p. 47). Sem essa ação do hábito, seria ignorado o que está presente na nossa memória ou aos sentidos, pois as inferências que são derivadas da experiência, são efeito do costume, porque ele “[...] é o guia da vida humana [...] (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 111).

Diante do exposto, pode-se dizer que o processo de formação das ideias inicia-se com as percepções sensoriais, que se subdivide em impressões (impressões mais fortes que são as experiências sensoriais fortes – aquelas que você mesmo experimenta a natureza da experiência, por exemplo: fazer a viagem e percepção forte) que então originam as ideias (percepções mais fracas – são as ideias construídas a partir das experiências, por exemplo: falar sobre viagem é uma percepção fraca), que então passa a formar um

mundo externo àquele do meu pensamento, dessa forma, dando mais valor para as experiências. Quanto mais próxima da impressão sensível, mais nítida e real será a percepção dos sentidos e nas ideias, quanto menos nítida mais distante é. Outro princípio analisado foi o da causalidade, este que é a crença de observar os hábitos repetidas vezes, uma maneira de perceber os fenômenos por meio da causa e efeito (HUME, 1972).

As experiências e sua importância, remetem a um fundamental meio de socialização, uma rede profissional, de autoconhecimento, unindo ao aprendizado e satisfação pessoal, mas também possui diferentes graus de envolvimento, durabilidade e qualidade, pois está intimamente ligada ao subjetivismo e a um pluralismo sociocultural e biológico do indivíduo (TRIGO, 2013). A experiência sensorial sempre é algo individual, sendo particular e logo subjetivo, cada um tem suas experiências, é impossível passar suas experiências para o outro, portanto, tudo que sabemos existir nos é transmitido por nossas sensações e percepções resultando em nossas experiências (CHAUÍ, 2006).

A viagem como experiência é um momento presente da vida, que pode ser desfrutado existindo um significado para cada indivíduo e este é intransferível. Cada ser humano é único e possui seu modo de vivenciar, experienciar, novas descobertas, algo complexo e profundo, porque se depara com outros conhecimentos, adquire outros olhares para o mundo, passa a ter um autoconhecimento e uma consciência cada vez maior das suas limitações, atitudes, valores, entre outros (GONÇALVES, 2016).

Os serviços são experiências quando envoltos nos fenômenos das sensações (PINE II; GILMORE, 1999 apud GONÇALVES, 2016). Para Beni (2004, p. 301), “[...] A economia da experiência representa uma revolução fundamental, uma ruptura com as formas tradicionais de turismo”, pois o Turismo de Experiência traz consigo outra maneira de ser, é um produto diferenciado, onde existe uma busca por uma modificação no olhar, uma transformação pessoal. Valoriza as relações humanas e pessoais que ocorrem entre os indivíduos, criando um entendimento entre o modo de ver e pensar as relações entre si e o mundo, com suas investigações pessoais correlacionadas com as histórias e os conhecimentos culturais. Gaeta e Panosso Netto (2010, p. 15) explicam que: “[...] o prazer de viajar está intimamente associado às experiências ímpares que serão vivenciadas durante a viagem, em uma perspectiva individual e personalizada”. As maiores viagens são aquelas nas quais buscamos conhecer nós mesmos, onde há uma busca pela autenticidade e um retorno ao passado (GONÇALVES, 2016).

Quando falamos em atividades de turismo e experiências nos deparamos com dois segmentos de marketing com potenciais em diferentes escalas, para a sua realização, que são entre inúmeras segmentações do mercado turístico, sendo o turismo tradicional e turismo de experiência (GONÇALVES, 2016).

Entre o turismo tradicional e o Turismo de Experiência existem algumas diferenças. Ambas segmentações de mercado, porém com visões opostas na sua prática de atividades turísticas. Segue abaixo um quadro que busca demonstrar as principais características e diferenças dessa relação, sendo que estas muitas vezes estão próximas e se interligam (GONÇALVES, 2016).

Quadro 1 - Turismo e Turismo de experiência

Turismo Tradicional Turismo de Experiência

Se baseia em destinos e atividades. Se baseia em destinos e atividades.

Propõe objetivos de viagem (O que fazer e onde). Propõe motivos para a viagem (Para que fazer determinada atividade em determinado lugar).

As atividades e serviços são padronizados. (Cada turista leva o mesmo). As experiências são únicas e pessoais. (Cada viajante leva algo próprio).

As atividades são criadas para o prestador de serviços e intervenção do turista. As experiências são criadas na interação do viajante com o lugar, com atividades e pessoas que acompanha.

Entre o turista e o destino se dá um processo de intercâmbio (serviços e retribuição econômica). Entre o turista e o destino se dá um processo transformacional (Ambas as partes se enriquecem pelo encontro).

Os grupos são geralmente acompanhados por guias de turismo.

Os grupos são geralmente acompanhados por facilitadores em aprendizagem experiencial.

O turista sente que está de passagem pelo lugar (Se identifica como passageiro). O turista se sente parte do lugar que visita (Se identifica pelo seu nome).

A viagem tem um efeito “passageiro”. A viagem pode ter um efeito perdurável.

Um mesmo destino ou atividade se vive de maneira similar. Uma mesma experiência é vivida sempre de maneira diferente.

Fonte: Adaptado de SYNOPSIS (2014) apud GONÇALVES (2016)

No quadro 1 é possível perceber correlações e diferenças que há entre os dois tipos de turismo. O Turismo de Experiência instiga os viajantes, despertando sensações, memórias, uma interação entre o núcleo emissor e receptor, juntando imaginação, emoção e conhecimento. Promovendo relacionamentos com a comunidade local tanto os turistas como os hospedeiros podem adquirir novos significados, valores, conhecimentos e/ou costumes, via diálogos e encontros culturais. Acontece uma fusão entre comunicação e experiência turística, que se dá no compartilhamento e experimentação dos valores, significações e intercâmbios entre turistas, moradores e o local (GONÇALVES, 2016).

Por isto é de suma importância, que o turista seja percebido como alguém em busca de algo qualitativo, diferenciado, memorável. “[...] hay que mirar al turista como persona no como usuario de un servicio. El cliente no sólo compra y consume, detrás de él”. Para que a práxis do Turismo de Experiência seja consolidada, é necessário que este turista que está em busca de algo, saiba valorar e vivencie algo mais devagar, mais experiencial no sentido literal dos termos. Para se viver e realmente conhecer algo, é preciso se conectar com a comunidade local, estar aberto às ressignificações de valores e sentimentos diversos como por exemplo conhecimentos interculturais, de pertencimento à natureza, um religamento com o mundo, transformações de olhares e pensamentos em relação ao próximo, uma provocação por meio de aguçar os mais diversos sentidos do nosso corpo. Existe uma ação de transformação em relação à comunidade local e o turista e ao mesmo tempo há uma nova construção de algo entre ambos (GONÇALVES, 2016).

Diante do exposto, pode-se dizer que o Turismo de Experiência surge como uma forma de reflexo de uma sociedade pós-moderna em busca de possível autenticidade e envolvida com emoções e experiências. O turista quer buscar algo inovador, que possa interagir com o destino visitado, deseja obter sensações, emoções que se tornem inesquecíveis em suas vidas, onde valores imateriais são mais importantes: o cuidado com o olhar à sua qualidade de vida. Este turista quer conectar-se e descobrir com as pessoas o lugar, conhecer seus costumes, histórias por viver e compartilhar, procurando obter algo memorável.

No que tange a esses sentimentos envolvidos no Turismo de Experiência, Bordas (2003) descreve que ao perfil de interesse desses turistas podem ser incluídos: segurança (onde o turista entende o seu entorno, entendendo seus direitos e o que está se envolvendo); variedade: deseja ter opções de fazer muitas coisas; singularidade: sendo mais personalizados as variações ofertadas; conexão: esse turista se sente parte do local, da comunidade, se sentindo parte de um grupo; crescimento: isto é, neste novo e outro olhar para o Turismo de Experiência, é preciso que o turista seja atraído por experiências e vivências, onde normalmente resulta em um crescimento pessoal; contribuição: se o que foi vivenciado, houve uma contribuição para algo além das viagens e tradições, buscando algo em crescimento para si e para o outro (GONÇALVES, 2016).

Para que a viagem seja algo realmente experiencial e cultural, se torna necessário realizar interpretação e preservação dos bens culturais tangíveis e intangíveis do local visitado, para que todos percebam a necessidade de zelar pelo patrimônio. Esse tipo de viagem, que envolve a experiência turística, possui uma relação com o olhar, com o visual, mantendo uma singularidade local, envolvendo símbolos e significados de maneira marcante da cultura local (MURTA; ALBANO, 2002). As mudanças culturais, sociais e econômicas têm provocado nos turistas algo além do simples descanso e passeio, têm proporcionado que no seu tempo livre busquem algo que os enriqueçam e que promovam a satisfação e realização pessoal.

A paisagem local e a aparência sempre fizeram parte do processo turístico. Esta atividade sempre teve a preocupação com uma forma de espetáculo nas suas práticas culturais, pois o ato de representar torna as sensações diferenciáveis e memoráveis, é um jeito de conectar com o público, o mundo fazendo parte da sociedade humana (GONÇALVES, 2016).

Conforme os autores consultados, existe um avanço na Economia da Experiência, as empresas devem transformar esse trabalho em algo mais envolvente, na busca pelas sensações, onde os componentes ligados aos domínios emocionais: educacional, escapista e estético estarão interligados entre si (PINE II; GILMORE, 1999).

Alguns turistas almejam experiências deixando de lado o conceito de compradores de serviços, e passam a esperar no produto algo atrativo, peculiar e único, que lhes permita vivenciar experiências sensoriais por meio de todos os sentidos, olfato, visão, tato, audição e paladar. Essa interação permite que o momento se torne significativo e único (GAETA, 2010). É uma constante busca pelo diferente, pelo único, pelas experiências, pelo não comum. Essa atividade do turismo ligada ao entretenimento e sua indústria e tecnologias, se torna um dos pilares significativos da Economia da Experiência relacionado aos termos culturais e sociais.

Na atualidade esta segmentação de mercado turístico é uma possibilidade na qual se contemplam aspectos e elementos interessantes a serem potencializados e desenvolvidos na região do Pantanal Mato-Grossense. O contato intercultural inscrito nessa modalidade turística, hoje em dia tem sido uma garantia de êxito para o turismo e suas relações com a atividade sustentável, cultural e econômica (MATEOS, 2012).

Nesse intercâmbio de visitação para que impactos não sejam prejudiciais, são necessários encontros qualitativos entre os moradores locais e os visitantes. Quando os visitantes compram um bem ou serviço do morador local, compartilham um mesmo local ou trocam informações, ideias e experiências é preciso que ambos desejem a preservação da região. A comunidade local necessariamente precisa estar envolvida nesse processo de turismo pois será ela que receberá o turista, pois caso a comunidade não esteja aberta para a prática da hospitalidade no turismo, o turista não sentirá acolhido (GONÇALVES, 2016).

ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS: POLÍTICAS, AÇÕES E PARCERIAS PARA O TURISMO DE EXPERIÊNCIA

A implantação da Instituto Brasileira de Turismo - EMBRATUR e do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), foi um marco importante para o Turismo e suas regulamentações e financiamentos, tentando organizar uma política nacional. No ano de 1994 o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que tinha como objetivo a elaboração, planejamento e execução de ações propostas pela comunidade local para organizar as atividades de turismo (ALMEIDA, 2013). Segundo a EMBRATUR, em relação a este programa,

Fortalecer o Poder Público Municipal para que, em conjunto com as instituições privadas e os representantes da comunidade, assumissem a corresponsabilidade e fosse partícipe da definição e da gestão das políticas, dos programas e das ações locais voltadas para o desenvolvimento do turismo sustentável (EMBRATUR, 1999).

Este programa deixou um legado importante para as localidades envolvidas, onde as metodologias de trabalho com o turismo foram iniciadas, dando início às ações para implementação e quiçá uma estruturação da atividade de turismo no país.

O Plano Nacional de Turismo foi o impulso nas diretrizes para organização da atividade turística no país, essa sistematização e controle foram implantadas a partir de 1995, o precedente a isso foi a criação da EMBRATUR e o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), no ano de 1966 (ALMEIDA, 2013).

Em 2003 houve a criação do Ministério do Turismo e uma nova política pública foi instituída, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, cujo foco deixou de ser os municípios e se tornou mais regional, visualizando a região em si, com uma visão mais genérica e definindo em cada região municípios chaves para serem indutores do seu entorno. Sendo que para ser indutor deve ter como foco, a cooperação, integração e a sustentabilidade – ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional (ALMEIDA, 2013).

Dentro dessa Política Nacional Turismo existem ações e diversos macro programas, desenvolvidos para que haja um desenvolvimento do turismo no país. Uma parte dessa política é chamada de Regionalização do Turismo, e teve seu início em 2003.

O Plano Nacional do Turismo (PNT) do período de 2013-2016 está se consolidando e apresentando estratégias para o desenvolvimento do turismo no Brasil, dessa forma, traçando metas e ações para os próximos anos. É uma política pública nacional, proposta pelo Ministério do Turismo e este plano foi

desenvolvido de acordo com o Plano Plurianual 2012/2015 do Governo Federal, sendo pensado e analisado em contribuir para diversos setores englobando o social, econômico e erradicando a pobreza, vale destacar que tem como base um Documento Referencial – Turismo no Brasil 2011/2014, que norteia o desenvolvimento da atividade turística no país (BRASIL, 2013 apud GONÇALVES, 2016).

O macro programa define quais são as regiões turísticas e estratégias que devem ser traçadas e alcançadas para o desenvolvimento no planejamento e gestão do turismo. Por meio deste é possível uma valorização nas questões relacionadas a identidade e qualidade no produto turístico. Este macro programa propõe uma estruturação e ordenamento da oferta turística no Brasil, e sua constituição serve de referência na base territorial do Plano Nacional de Turismo, portanto, se torna uma política pública descentralizada, porém integrada e com ações coordenadas, servindo de base e promovendo sinergias entre os demais macroprogramas e ações do PNT.

Os principais eixos de atuação são: apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo, com ações descentralizadoras; seus principais eixos de trabalhos são planejamento e posicionamento de mercado; qualificação profissional, dos serviços, empreendedorismo, captação e promoção de investimentos, infraestrutura turística, informação ao turista; promoção e comercialização dos produtos turísticos, monitoramento (BRASIL, 2013).

Este macro programa, integra ações para o planejamento das vinte e sete (27) unidades federativas do país, promovendo elaboração e implementação de diversos planos estratégicos que compõem as regiões turísticas, formando assim suas redes para que as instâncias municipais, estadual e federal possam trabalhar em monitorias e avaliarem o processo de regionalização do turismo. Tem-se como principais ações a elaboração de inventário turístico, planejamento e gestão regional do turismo, estruturação e gestão dos sessenta e cinco destinos que são indutores para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil e gestão das instâncias de governança regional.

Essas destinações auxiliam na promoção do desenvolvimento regional e que ao mesmo tempo deve ter uma infraestrutura turística e básica juntamente com atrativos qualificados, e estes se tornam núcleos receptores e/ou distribuidores de um fluxo turístico nacional. A região de Uva e Vinho do Rio Grande do Sul que é formada também pelo município de Bento Gonçalves e Bonito no Mato Grosso do Sul, também fazem parte desses sessenta e cinco municípios no Brasil, contribuindo com o desenvolvimento regional e auxiliando o programa de Turismo de Experiência.

O programa promove a ampliação e diversificação dos produtos turísticos do país, que vai desde aumento da permanência do turista na localidade até consumo maior em diversas áreas, como alimentação, hospedagem, compras, lazer. Consolida diversos segmentos da atividade, auxiliando assim, a minimização da sazonalidade turística e ampliando a oferta turística nacional. Os principais segmentos que o Ministério desenvolve são: cultural, negócios e eventos, rural, sol e praia, ecoturismo, aventura, pesca, saúde, náutico, intercâmbio e estudos e finalizando o social (BRASIL, 2013 apud GONÇALVES, 2016).

Suas principais ações para o desenvolvimento deste programa são: curso de segmentação à distância Educação à Distância (EAD), rede de cooperação técnica para roteirização turística, destinos referência em segmentos turísticos, assim surgindo dentre alguns segmentos apresentados a economia da experiência. A Economia de Experiência como é chamado no Ministério do Turismo, está diretamente ligado ao Programa de Regionalização do Turismo e faz parte de ações do Ministério do Turismo, tendo como objetivo fortalecimento de arranjo produtivo local, em pequenos negócios. Visa a inserção de pequenos empreendedores nesse tipo de economia (BRASIL, 2014 apud GONÇALVES, 2016).

O Turismo de Experiência no Brasil está constante em planejamento e formação sendo que existem algumas discussões no país a cerca dessa segmentação de mercado em turismo, mesmo sendo regulamentada pelo Ministério do Turismo, o qual organiza por meio de seus macros programas, traçados em ações, projetos e atividades que são implementadas por este órgão governamental. Dessa maneira, o governo consegue de uma forma ampla, integrar os setores na organização de políticas públicas para o turismo, além de promover um aperfeiçoamento com seus recursos que são despendidos (BRASIL, 2014 apud GONÇALVES, 2016).

Infelizmente, as ações governamentais para os programas de turismo não têm sido desempenhadas como propostas, tampouco conseguido integrar o próprio trade turístico. As políticas públicas do turismo têm sofrido muitas interrupções durante todo o processo de implantações.

Essas interrupções muitas vezes são causadas pela má utilização dos recursos da tecnologia da

informação e comunicação, que devem ser aplicados na gestão pública, propiciando maior eficácia, transparência e participação da sociedade. Assim, existe a necessidade de uma reestruturação administrativa, pois a mesma irá dar suporte à gestão governamental, com o apoio de ferramentas de planejamento, acompanhamento e avaliação de seus programas estratégicos, por meio de indicadores de resultado e impacto, garantindo, assim, maior efetividade das ações governamentais (BRASIL, 2013 apud GONÇALVES, 2016).

Desde 2006, o Ministério do Turismo iniciou o trabalho sobre a Economia da Experiência. De acordo com direcionamento do mercado atual, percebeu-se que o público em geral está se voltando para este novo segmento de mercado turístico, ou seja, onde valoriza sentimentos emocionais dos clientes, priorizando mais o lado emocional e experimental que o lado da automação e mercadológica. O turista, como já debatido anteriormente, não quer ser um simples observador, mas um autor de suas experiências - estar junto das suas escolhas e vivenciá-las. Esse tipo de economia passa a valorizar as questões culturais, tradicionais, usos e costumes, religiosidade local, transmitidas de forma totalmente pessoal, promovendo assim uma interação entre a localidade e turista.

Este projeto sobre o Turismo de Experiência teve seu início, desenvolvido na região de Uva e Vinho no estado do Rio Grande do Sul (RS), com a participação de cinco microrregiões, sendo uma parceria entre Ministério do Turismo, SEBRAE Nacional, Sindicato dos hotéis, restaurantes, bares e similares da região de Uva e Vinho, além da Marca Brasil (TOUR DA EXPERIÊNCIA, 2014).

O projeto de Turismo de Experiência tem como base as obras Sociedade dos Sonhos de Rolf Jensen (1999) e a Economia da Experiência de Pine II e Gilmore (1999) de onde surgiu a necessidade dos planejadores e executores do turismo passarem a ter um novo olhar/conceito para o posto. Este projeto passou a orientar os profissionais envolvidos para que as experiências vivenciadas pelos turistas passassem a estar e ser inclusas em suas viagens, estes desejavam que suas experiências fossem algo singular e tivessem valorização na memória no processo de suas viagens, com isso, esse projeto passou a orientar empreendimentos para terem alguns produtos diferenciados e ter como base no conceito original do projeto, onde deve integrar o conceito da experimentação, baseada nas questões históricas, culturais, tradicionais, por meio das vivências, sendo que, devem ser remetidas as relações de sentimentos englobando satisfação, prazer, experiência, inspiração (TOUR DA EXPERIÊNCIA, 2014).

Com a experiência inclusa nas viagens a pessoalidade passou a estar relacionada com os turistas, conectando-os a uma nova forma de olhar, sentir e perceber as relações da comunidade local com turismo, que ocorre uma maior capacidade relacional entre visitante e visitado. A autenticidade está presente na experiência, além de proporcionar uma modificação no interior das pessoas, respondendo muitas vezes questões pessoais internas e havendo uma relação entre sustentabilidade, um olhar para com o outro e consigo mesmo. Desta maneira “[...] a atividade turística, por sua própria natureza, é um produto-experiência, de modo que se configura no campo mais fértil para a germinação das nossas sementes de inovação”. (BRASIL, 2010c, p. 10).

A abordagem da metodologia para realização do projeto de Turismo de Experiência é que deve incluir as questões da autenticidade, singularidade, experiências, vivências locais e surpreender o turista por meio de emoções, pois na economia da experiência, as peculiaridades de cada local são ressaltadas e desenvolvidas como valor dos produtos turísticos (TOUR DA EXPERIÊNCIA, 2014).

Após um período de implantação na Serra Gaúcha, durante 2006 e 2007, e visto que houve sucesso no projeto, a partir de 2008, a Costa do Descobrimento – BA, Petrópolis – RJ, Bonito – MS e Belém – PA, também passaram a integrar o Projeto de Economia da Experiência, organizado pelo Ministério do Turismo e desde 1997 a Organização Mundial do Turismo já sinalizava uma mudança na perspectiva do turismo, nos planejamentos até 2020.

O SEBRAE em parceria com o Ministério do Turismo auxilia no processo de qualificar, planejar, assessorar os projetos de Turismo de Experiência no país buscando contribuir na organização e agenciamento de atividades de Turismo de Experiência, com o objetivo de munir as localidades de ferramentas com seus atributos para incrementar o desenvolvimento da região.

TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO: UMA PERSPECTIVA POSSÍVEL PARA O MS?

Nesta seção busca investigar e relacionar aportes relativos ao desenvolvimento de caráter regional e local

, em virtude do objeto investigado, Turismo na região Pantaneira, que se percebe inserido em um contexto rural na busca de possíveis relações e potencialização com práticas de Turismo de Experiência (GONÇALVES, 2016). A partir de suas especificidades, sinalizam para um desenvolvimento, que contemple diferentes dimensões e sujeitos, culturas e territórios. Pensar, analisar, compreender o desenvolvimento regional é um processo necessário, “[...] no estudo do desenvolvimento regional nem sempre podemos determinar com exatidão quando a região e o desenvolvimento são causa ou quando são consequência [...]” (MATTEDI, 2015, p. 74).

Entende-se, que um marco para o desenvolvimento regional ou local é composto por diversos valores e princípios e essa articulação só se dará conforme a região ou localidade se propõe a cumprir. Esses valores são universais, não estão descritos em lugar algum (PIKE; RODRÍGUES –POSE; TOMANEY, 2006 apud GONÇALVES, 2016). Desta maneira, [...] es necesario partir del reconocimiento de la pluralidad y diferencias de los contextos en los que operan estos movimientos, así como de la diversidad de sus historias, objetivos, y concepciones acerca del por qué se lucha y las formas de luchas” (LANDER, 2014, p. 53).

Para Mattedi (2015, p. 63) “[...] pensar desenvolvimento regional constitui associar atributos relacionais cuja associação permite detectar dimensões da realidade por meio do contraste de fatores heterogêneos”. No que se refere ao desenvolvimento local, o meio ambiente não significa um objeto a ser modificado, mas um meio pelo qual o desenvolvimento é possível de ser realizado. O ambiente é composto por tudo aquilo de que a cultura e o imaginário dispõem para construir os sujeitos e o seu entorno de forma qualitativa (SARTRE; BERDOULAY, 2005). Nesta forma de compreensão o desenvolvimento tem como base objetivos como preservação; conservação ambiental; identidade cultural; qualidade de vida, desenvolvimento participativo e geração produtiva de renda. Para pensar e analisar o desenvolvimento local é necessário que a comunidade local se sinta parte do processo onde a tomada de decisões, responsabilidades, melhoramentos e possível transformação em melhorias se darão com a população local e seu entorno (GONÇALVES, 2016).

O desenvolvimento local resulta da interação e sinergia entre qualidade de vida da população local (redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos), juntamente com eficiência econômica e boa gestão pública. Portanto,

O desenvolvimento local tem um importante componente endógeno que está diretamente ligado à trajetória cultural e histórica dos territórios como lugares geográficos ocupados por um povo. O patrimônio é uma das partes mais visíveis da memória coletiva de uma sociedade, história materializada em objetos e em ações carregadas de significados; são símbolos que, continuamente, lembram que a realidade dos processos socioculturais atuais está baseada no passado e se articula constantemente com ele, ao redefini-lo e redefinir-se ao mesmo tempo (DIAS, 2006, p.100).

Por outro lado, na visão do desenvolvimento endógeno, ocorre uma superação ao pensamento e ações neoclássicas, porque considera nesse processo as relações de conhecimento e tem como foco a perspectiva territorial (BARQUERO, 2007).

Uma concepção de desenvolvimento atenta as diferentes dimensões do ser humano e seu entorno, necessita de mudanças estruturais complexas, buscando o uso com racionalidade sobre recursos existentes no planeta, uma forma de pensar equitativamente em distribuição de renda e emprego, onde haja uma qualidade de vida para todos. A compreensão dessa visão diz que “[...] é preciso a consideração das diversas dimensões constituintes das relações sociais, ou seja, a cultura, a economia e a política e, igualmente, do espaço natural e social [...]” (BLOSS, 2000, p. 203).

Neste sentido, é preciso observar que desenvolvimento não trata apenas de crescimento econômico e de progresso material ilimitado, mas sim de um conceito que se aproxima da ideia de assegurar a qualidade de vida e o progresso material dentro dos limites naturais (GONÇALVES, 2016). É uma simplificação da organização da eficiência que estabelece os processos de produção, distribuição, consumo, em todos os níveis do sistema social – sendo econômico, político, ideológico e cultural – que visa a realização do ser humano e deve estar em harmonia com a natureza (ANTUNES, 2004). Segundo Mattedi (2015, p. 84), a “[...] relação causal entre desenvolvimento e região é produto de sequências históricas que vão se influenciando e se interpondo mutuamente e, desta forma, o desenvolvimento regional reflete e exprime a

paisagem cultural [...]” na qual está inserido.

O desenvolvimento regional e local, quando analisado por um aspecto mais amplo, pode-se perceber que possuem duas grandes vertentes: o desenvolvimento quantitativo e o qualitativo. A primeira dimensão possui uma relação com medidas numéricas, ou seja, presta atenção nos números expressos e a segunda está preocupada com a natureza e o caráter do desenvolvimento, avaliando questões mais subjetivas para sociedade, porém ambas podem e devem integrar-se, mas nem sempre ocorrem de maneira conjuntas (GONÇALVES, 2016). Compostos por princípios e valores servem para dar uma forma no que os grupos sociais interpretam, articulam, compreendem e entendem por desenvolvimento (PIKE; RODRIGUEZ-POSE; TOMANEY, 2006 apud GONÇALVES, 2016).

As questões gerais de uma definição para desenvolvimento local, em um olhar mais amplo são: 1) desenvolvimento local e uma mudança de estrutura, 2) processos que contemplam o sistema produtivo local unem-se com questões socioculturais e dependem da capacidade de dinamização interna; 3) as políticas para o desenvolvimento local são de longo prazo; 4) o binômio equidade – eficácia caminham juntos; 5) o fortalecimento do local permite autonomia e afeta o desenvolvimento territorial; 6) o desenvolvimento local, tem um aporte específico, sendo integrador nas suas ações, melhorando os aspectos socioculturais, humanos, meio ambiente e suas dinâmicas; 7) o desenvolvimento local e suas ações devem se articular dentro dos objetivos do desenvolvimento regional e suas políticas de ações atendem de maneira mais direta o crescimento, mesmo que gere uma melhorias em outros setores; 8) a coordenação de ações no território se transforma em multidimensionais pela sua complexidade de envolvimento e conhecimento das necessidades locais juntamente com seus agentes para atingir objetivos estratégicos que foram definidos (LEDO; BONÍN; IGLESIAS, 2007 apud GONÇALVES, 2016).

Para compreender a relação entre o binômio turismo e cultura, é necessário entender também a inter-relação entre turismo, cultura e desenvolvimento local:

[...] o desenvolvimento local é indispensável, pois as ações estabelecidas sobre o plano cultural e turístico devem repercutir diretamente na vida dos habitantes, em suas condições econômicas e sociais, no futuro dos territórios, sendo respeitados os componentes naturais e humanos. [...] a primeira condição para unir de modo durável a cultura e turismo rural é valorizar as características intrínsecas e não exógenas ao território (MAZUEL, 2000, p. 99-100).

Assim, o desenvolvimento regional, pode ser visto e analisado como um agrupamento humano, englobando diversos outros fatores, como religião, cultura, gastronomia, tornando-se uma representação cultural, portanto, essa construção que é simbólica, imaterial e material se torna uma construção coletiva, que envolve os valores predominantes na região. Compreender quais as relações que emergem entre desenvolvimento e região e deve ser visto de acordo com a forma empreendida sobre a entonação e olhares relacionados às questões de desenvolvimento (MATTEI, 2015).

Cada localidade e região deve articular e dialogar sobre seus valores universais, suas preocupações locais buscando refletir e analisar suas realidades, para então de forma coletiva e definir meios e formas para buscar o seu desenvolvimento, apesar de esta ser uma tarefa complexa. O desenvolvimento regional possui três características principais: multidimensionalidade, multidirecionalidade e multissignificação (MATTEI, 2015).

O desenvolvimento local auxilia no desenvolvimento endógeno e está interligado com a cultura-histórica e geograficamente de um povo. O patrimônio por ser parte visível na memória, une a realidade sociocultural baseada no passado e a articula ao presente. No desenvolvimento endógeno ou local, o próprio território é um agente de transformações sociais, pois diversos atores locais junto às organizações promovem decisões, inovam e introduzem os sistemas produtivos e conseqüentemente, mudam a estrutura econômica e as relações de cultura e sociedade. O desenvolvimento de um território é um processo interativo e constante, que interliga todos os setores entre si (BARQUERO, 2007).

A CULTURA COMO ELEMENTO DE IDENTIDADE E ALTERIDADE

Como foi perceber até o momento, a tradição busca a reconstrução do mundo com a junção do passado com o presente em processo de inclusão, exclusão e permanência de determinados elementos que são

fundamentais e constituintes de cada cultura. Falar em tradição e modernidade nas manifestações culturais é incitar perdas e ganhos, discriminações e aceitações, interesses internos e externos, ou seja, processo longo e delicado que ora pode ser definido como um tipo de (des)tradicionalização e ora, promove a (re)tradicionalização (NETO DE JESUS, 2012).

A apreensão da relação dialética promovida na tradição tem como ponto de partida algumas reflexões, como as seguintes: Como identificar uma cultura? Como compreender os limites de sua influência e as formas que têm sua inserção no espaço? Qual a natureza e a importância das barreiras e fronteiras culturais? Quais suas relações com as fronteiras políticas e tradicionais? Algumas destas questões estão relacionadas ao próprio entendimento sobre o que é a cultura e o que ela representa para as civilizações (NETO DE JESUS, 2012).

Para Claval (2001, p. 11):

A cultura é um campo comum para o conjunto das ciências humanas. Cada disciplina aborda este imenso domínio segundo pontos de vistas diferentes. O olhar do geógrafo não dissocia os grupos dos territórios que organizaram e onde vivem; a estrutura e a extensão dos espaços de intercomunicação, a maneira como os grupos vencem o obstáculo da distância e algumas vezes o reforçam no cerne da reflexão.

A geografia humana estuda a repartição dos homens, de suas atividades e suas obras na superfície da terra e tenta explicá-la pela maneira como os grupos se inserem no ambiente, produzindo-o, explorando-o e, conseqüentemente, transformando-o constantemente. O geógrafo debruça-se sobre os laços que os indivíduos tecem entre si, sobre a maneira como instituem a sociedade, como a organizam e como a identificam no território no qual vivem ou ainda, como a idealizam (NETO DE JESUS, 2012).

Claval (2001, p. 11) defende que o peso da cultura é decisivo em todos os domínios e, para isso, provoca alguns questionamentos:

[...] como os homens percebem e concebem seu ambiente, a sociedade e o mundo? Por que as valorizam mais ou menos e atribuem aos lugares significações? Que técnicas os grupos adotam, no sentido de dominar e tornar produtivo ou agradável o meio onde vivem? Como imaginaram, atualizaram, transmitiram ou difundiram o seu know-how? Quais são os elos que estruturam os conjuntos sociais e como são legitimados? De que maneira os mitos, as religiões e as ideologias contribuem para dar um sentido à vida e ao contexto onde ela se realiza?

Essas indagações apresentam uma após a outra, a tônica sobre aspectos diferentes da cultura que induzem que os homens vivem num meio artificial que eles mesmos criaram. O vestuário e a casa os protegem das intempéries climáticas, os caminhos e as vias facilitam sua circulação. As forças humanas há muito tempo vem sendo substituídas pela energia fornecida por animais, madeira, vento e águas correntes. Os combustíveis fósseis e, hoje, o átomo servem para acionar as máquinas e as ferramentas que multiplicam a produção e asseguram aos grupos controle cada vez mais reforçado – mas nunca total – sobre os meios onde vivem e sobre aqueles que contribuem para a satisfação de suas necessidades (CLAVAL, 2001).

Nem todas as sociedades dispõem do mesmo arsenal de conhecimentos e técnicas, do mesmo registro de interpretações e de motivações. Os indivíduos e os grupos são condicionados pela educação que recebem. Assim, a cultura aparece como herança. As modalidades segundo as quais a cultura é transmitida de geração a outra ou de um lugar a outro, favorecidas pelas trocas, pelos deslocamentos de curta duração ou pelas migrações, dependem do meio e do nível técnico; elas contribuem amplamente para a diversidade das sociedades (CLAVAL, 2001).

A cultura não é vivenciada passivamente por aqueles que a recebem como herança, eles reagem àquilo que lhes é proposto ou que se lhes pretende impor. Interiorizam certos traços e rejeitam outros. Inventam, ao longo de suas existências, novas maneiras de fazer, atribuem cores novas aos seus sonhos e aos seus pesadelos, e criticam os valores usuais quando estes não correspondem às suas aspirações profundas.

Ainda de acordo com Claval (2001), os modelos culturais que são oferecidos não são, então, imutáveis. As inovações intervêm. Todavia, algumas são rejeitadas ou levam tempo para se impuser, e outras são rapidamente adotadas. As culturas são realidades mutáveis. Graças a elas, cada um se projeta no futuro e

trabalha para criar contexto melhor do que aquele do presente. O mundo termina geralmente por assemelhar-se ao paraíso ou às utopias que os homens imaginam. Seus valores enraizam-se, suas escolhas encontram aí sua legitimidade, o ambiente que moldam torna-se realidade, assim, conforme suas preferências e suas aspirações (NETO DE JESUS, 2012).

Com respeito à dinamicidade cultural, Cuche (1999) coloca que a cultura permite ao homem não apenas adaptar-se a seu meio, como também adaptar este meio ao próprio homem, aos seus projetos e necessidades, tornando possível uma transformação estruturada em processo passível de influência como fenômeno universal. Para o autor, “a cultura não é um dado, uma herança que se transmite imutável de geração em geração, é porque ela é uma produção histórica e mais precisamente na história das relações dos grupos sociais entre si” (CUCHE, 1999, p.140).

O mundo no qual vivem os homens é feito tanto de palavras e de proposições quanto de água, de ar, de pedra e de fogo. Ele presta-se ao discurso e abastece-se na passagem dos valores. O ambiente no qual as sociedades evoluem é uma construção que se exprime pela palavra. A lógica que os homens lhe atribuem provém, em parte, das regras que regem a composição de seus discursos. As práticas que modelam o espaço ou que são desenvolvidas no sentido de utilizá-lo misturam-se estreitamente ao ato, à representação e ao dizer. Visam, ao mesmo tempo, ao ambiente material e ao círculo social. Assim, o homem age de acordo com aqueles que o observam, aqueles que receberão a informação ou aqueles que irão escutar a conversa (CUCHE, 1999).

A cultura é essencialmente constituída de realidades e signos que foram inventados para descrevê-la, dominá-la e verbalizá-la, sendo carregada, portanto, de dimensão simbólica. Ao serem repetidos em público, eles se transformam em rituais e criam para os que o praticam ou aos que o assistem, sentimento de comunidade compartilhada. Na medida em que a lembrança das ações coletivas funde-se aos caprichos da topografia, as estruturas arquitetônicas ou aos monumentos criados para sustentar a memória da humanidade, tornando-se um território (CUCHE, 1999).

A experiência arriscada que cada indivíduo vivencia no grupo cultural é fundamentalmente única, particular e individual. Nem todos recebem o mesmo legado cultural, não o interiorizam da mesma maneira e nem o utilizam para os mesmos fins. A cultura é, dessa forma, um dos fatores essenciais da diferenciação das situações sociais, que é reconhecida por cada indivíduo (CUCHE, 1999).

Existe um modelo aceito por muitos e cuja ascendência é tal que é reconhecida pela maioria da população. Ele é chamado dominante, mas a este é somado o contrabalanço das dissidências, pelas contraculturas e pelos movimentos de revolta que também são constituídos coletivamente. Comunidades alternativas, festivais de música, cabelos compridos, roupas largadas e coloridas, e sexo livre, foram algumas das características marcantes dos movimentos realizados a partir de 1950 - feminista, negro norte americano, hippies, entre outros (SARTRE, 1970).

Percebe-se que, até o momento, não foi dada à contracultura a exata dimensão de seu papel nas transformações das relações sociais e políticas vividas no mundo ocidental nas últimas décadas. Entretanto, os estudos marcantes da filosofia francesa, potencializados por Jean-Paul Sartre com o pensar de uma filosofia existencialista, apoiaram-se na premissa de que “a existência precede a essência” (SARTRE, 1970, p. 216). Primeiro o homem existe, se encontra, surge no mundo e depois se define. Para o autor, não haveria natureza comum a todos os homens, que os definisse e servisse de modelo para a sua existência. Assim, o homem era compreendido pelo que fazia, por sua subjetividade e por suas ações. Sartre evidenciou ainda que o homem identifica sua liberdade, quando da mesma forma, reconhece a do “outro”, para garantir as livres escolhas. E, dessa forma, enfatiza:

Ao querermos a liberdade, descobrimos que ela depende inteiramente dos outros, e que a liberdade dos outros depende da nossa. Sem dúvida a liberdade como definição do homem não depende de outrem, mas uma vez que existe a ligação de um compromisso, sou obrigado a querer ao mesmo tempo a minha liberdade e a liberdade dos outros; só posso tomar a minha liberdade como um fim se tomo igualmente a dos outros como um fim (SARTRE, 1970, p. 262).

Assim, é mais fácil entender o porquê de existir o fenômeno da contracultura, dando sentido à importância da liberdade de escolha através das ações e das vontades pessoais. Entre as funções positivas que

exercem as manifestações contrárias, encontra-se a de possibilitar visibilidade dos grupos étnicos, como é o caso das comunidades indígenas e quilombolas, e a de evidenciar seus direitos à diversidade e alteridade cultural. Portanto, mesmo diante do processo acelerado do capitalismo, essas comunidades podem e devem fazer valer seus direitos à liberdade de escolha, seja de natureza econômica, política, social, cultural e/ou ambiental (NETO DE JESUS, 2012).

Nesse sentido, a cultura se constitui a partir do próprio homem, que descobriu que viver em sociedade lhe traria maiores opções frente aos desafios do meio ambiente. Assim, Capra (1982, p. 23) afirma que “as transformações culturais são etapas essenciais ao desenvolvimento das civilizações. Todas as civilizações passam por processos cíclicos semelhantes de gênese, crescimento, colapso e desintegração”.

O Homo sapiens foi sempre colocado à frente do desenvolvimento tecnológico dos demais seres vivos que coabitam o mesmo espaço. O homem, então, através dos seus inventos e no desenvolvimento de sua tecnologia, fomentou o surgimento da chamada civilização. Essa passagem das cavernas e do ser nômade para o viver em sociedade e o construir uma civilização passou, evidentemente, por diversos desafios. Capra (1982, p.24) esclarece que “um desafio do ambiente natural ou social provoca uma resposta criativa numa sociedade, ou num grupo social, a qual induz essa sociedade a entrar no processo de civilização”.

Desta forma, no processo de constituição de uma civilização gera-se relação dialética no campo cultural. Ao mesmo tempo em que se causa intensificação da degradação, massificação e homogeneização cultural, promove-se também, a manutenção e a revitalização da cultura influenciada pelas interferências naturais internas e externas. Assim, a vontade de se transformar e a de revitalizar seu poder simbólico e cultural desencadeiam um processo contínuo social de (re)tradicionalização e de desenvolvimento ao mesmo tempo (NETO DE JESUS, 2012).

Na visão antropológica de Sahlins (2007, p. 448) para este fato:

Não se trata de “atraso” - exceto de um ponto de vista burguês ocidental. Tampouco é apenas “conservadorismo”. Não há dúvida de que existe uma continuidade cultural. Mas continuidade não é sinônimo de imobilidade, a rigor, a mais rigorosa continuidade pelo consistir na lógica da mudança cultural.

Nesse sentido, “a tradição aparece muitas vezes na história moderna como uma modalidade culturalmente específica de mudança” (SAHLINS, 2007, p. 506). Assim, a tradição e permanência não se confundem como imobilismo, pois todas as sociedades estando condicionadas no mesmo tempo, todas mudam de forma inevitável. O que cada uma delas diz sobre sua própria mudança é outra história. A continuidade cultural surge como forma de variação cultural, ou seja, “[...] as inovações decorrem logicamente – embora não de maneira espontânea e, nesse sentido, não necessariamente – dos princípios de existência do próprio povo. Tradicionalismo sem arcaísmo” (SAHLINS, p.506).

Diante do que foi exposto até o presente, entende-se como (des)tradicionalização o processo que evidencia as interferências sociais e culturais estabelecidas, e muitas vezes fomentadas, pela globalização. Observa-se que o sistema político neoliberal vem provocando rápida mudança no comportamento pessoal dos indivíduos, alterando, muitas vezes, sua estrutura social e desestimulando a organização comunitária (NETO DE JESUS, 2012).

Entre as interferências que levam a aceleração das transformações dos territórios originários, evidencia-se especialmente o fenômeno da urbanização. Este transforma os modos de vida e as estruturas habituais de convivência, como os das famílias, das amizades e da organização do trabalho, condicionando igualmente a consciência religiosa e cultural, tanto no meio urbano como no rural. Tal fato se deve a constituição da cidade pós-industrial que provoca, além de espaço habitacional tenso, amplo e heterogêneo, uma organização funcional, simbólica e estruturante. Isto potencializa a “invenção” de nova cultura e mentalidade, bem como, novas formas de ser, de sentir, de conviver, de trabalhar e descansar, de festejar, de se vestir, de consumir, entre outras formas (CAPRA, 1982).

Dessa forma, os valores e costumes tradicionais não submergem, mas são contidos por ponderação crítica e radical. Esses valores são postos à prova e, de acordo com sua validade social e cultural, são aprovados ou não pela sociedade. Nesse processo, estão incluídos os costumes, símbolos e vínculos tradicionais. Para Vianna (1999), naturalmente esse acontecimento gera consequências inevitáveis, como a

necessidade de reconstrução da identidade individual e coletiva e também a geração de comunidades que se criam muito mais pela afinidade do que pela proximidade física e estrutural.

A identidade coletiva não é decorrência direta da individual, mas sim identidade que possui outro “sistema de relações aos quais os atores se referem e em relação ao qual tomam referimento” (VIANNA, 1999, p. 52). Contudo, existem aspectos da identidade individual que influenciam na coletiva, sendo elas: “a subjetividade, a multiplicidade, a tensão entre mudança e permanência” (VIANNA, p. 53).

Além dos fatores abordados acima, a imprevisibilidade, a incerteza artificial e a fragmentação estimulam ampla discussão para o entendimento do processo de (des)tradicionalização. Contudo, existem ainda os valores partilhados que advêm de conjuntura de interdependência global, organizada pela anuência cosmopolita da diferença. Um mundo sem outros é um mundo no qual – por uma questão de princípio – todos nós partilhamos de interesses comuns, da mesma forma que defrontamos com riscos (GIDDENS, 1996).

Giddens (1997) aponta que estaríamos diante da emergência de uma sociedade moderna (definida por ele como pós-tradicional) e que esta seria extensão das instituições e dos processos de mudança intencional. Dessa forma, ele enfatiza que a escolha possível passa a ser a de decidir como ser e agir. Para ele, as escolhas funcionais levariam à autonomia da sociedade (NETO DE JESUS, 2012).

Entretanto, como a especialização e mecanização substituem a tradição e a reflexão social da modernidade acaba sobrepondo à razão, Giddens (1997, p. 40) aponta para um “mundo que é inteiramente constituído através de conhecimento reflexivamente aplicado, mas onde, ao mesmo tempo, não podemos nunca estar seguros de que qualquer elemento dado deste conhecimento não será revisado”.

Diante dessa perspectiva, não se pode afirmar que existem soluções naturalizadas para os problemas sociais e culturais, pois a interdependência global e a socialização da natureza devem ser cada vez mais consideradas na resolução dos problemas existentes. Segundo a interpretação de Giddens (1996), as questões ecológicas - pela ótica da modernização reflexiva e no contexto da globalização, devastamento da natureza, avanço da ciência e tecnologia, crescimento econômico acelerado refletem-se hoje em riscos associados à incerteza artificial dos territórios (NETO DE JESUS, 2012).

Sobre as transformações relacionadas ao meio social, cultural e ecológico com a interferência massiva do capital, Moretti (2001, p. 70) acredita que:

As transformações, efetivadas pelo capital na produção deste território, que procuram estruturar os elementos que o compõem, modificam as relações pretéritas construídas historicamente pela sociedade local, em um processo de (des)tradicionalização. Este processo destrói relações sociais e relações com a natureza e constrói outras relações. Trata-se, portanto, do processo de construção destrutiva. Este processo é central no capitalismo. Através da construção do novo e da destruição do passado é que ocorre o aumento do lucro e o acúmulo de capital.

Seguindo outra linha teórica, ao complementar aos autores supracitados, remetemo-nos às formulações de Hall (2006). O autor apresenta a noção de “fluxos culturais”, cujo consumismo global desencadeia possibilidades de identidades partilhadas, ou seja, a relação como consumidores para os mesmos bens e serviços disponíveis, entre indivíduos que estão bastantes distantes uns dos outros no tempo e no espaço. Para ele, na medida em que as culturas tornam-se expostas às interferências externas mais difíceis, promovem a conservação das identidades culturais tradicionais ou impedem que se tornem enfraquecidas por meio da infiltração cultural.

Para Hall (2006, p. 75):

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Foi à difusão do consumismo, seja pela realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de “supermercado cultural”.

Sobre essa ideia, relacionada ao discurso do consumo global, às diferenças e a própria alteridade cultural, bem como, aos marcos da identidade, cada povo fica reduzido a uma espécie de simplicidade generalizada. Assiste-se, assim, ao que o autor chama de “homogeneização cultural”, que pode ser entendido como “[...] o grito angustiado daqueles(as) que estão convencidos(as) de que a globalização ameaça solapar as identidades e a ‘unidade’ das culturas nacionais” (HALL, 2006, p.77).

Transpondo essa reflexão sobre as comunidades autóctones como por exemplo a indígena ou quilombola, têm-se que os reflexos negativos são percebidos nitidamente, já que sua cultura é baseada nas referências simbólicas que determinam suas formas de conduta social. O valor está relacionado, portanto, à territorialidade que fomenta o espírito de comunhão e união entre os indivíduos da mesma sociedade. A (des)tradicionalização acontece, assim, na medida em que novas formas de gestão pública e privada, atendendo as necessidades do sistema capitalista, interferem no cotidiano das mesmas (NETO DE JESUS, 2012).

Traços culturais não são perdidos ou exterminados, mas são deixados “adormecidos” com o passar do tempo, já que para atender as exigências externas, são obrigados a se adequar ao modo de conduta a eles impostos. A produção, reprodução e reinvenção são formas também desenvolvidas pelas comunidades autóctones para revitalizar, divulgar e, até mesmo, “comercializar” sua cultura, como acontece nos atrativos turísticos que fomentam o turismo. Desse ponto de partida, será possível na sequência entender as formas encontradas para promover a manutenção da tradicionalização cultural (NETO DE JESUS, 2012).

A (re)tradicionalização - também denominada como “re-enraizamento” (HAESBAERT, 1999), “re-significação” e “reinvenção” (HOBBSAWM e RANGER, 2006), tem como objetivo revitalizar, reproduzir, transformar num contexto descaracterizado e esquecido ao longo do tempo. Busca-se, com isso, uma realidade mais aceitável pela comunidade local envolvida no processo cultural sob o olhar crítico do espectador, ou seja, de um “consumidor” cultural (HALL, 2006).

(Re)tradicionalizar, significa em linhas gerais, incorporar às tradições modernas, a tradução do conteúdo originariamente crítico em configurações convencionais e auto referidas, mediante o trabalho minucioso de observação sobre os traços elementares e intrínsecos de cada grupo cultural identificado (HOBBSAWM e RANGER, 2006).

É evidente que o processo de (re)tradicionalização não ocorre numa relação harmônica, já que é estimulado e conduzido, sobretudo pela questão econômica. Nessa relação, promove-se a espetacularização e a mercantilização da cultura, além de outras manifestações populares, como a mudança do domínio da tradição para a esfera do consumo, muitas vezes, imediatista e de massa. Uma das formas de garantir a revitalização, ou seja, a (re)tradicionalização é compreender algumas características estruturais como o de restabelecer determinado traço cultural em desuso. Dessa forma, pode-se ter o cortejo dessa renovação, representado pelas manifestações culturais como as festas populares, e também, criar formas de aplicação e desenvolvimento da “reinvenção das tradições” (HOBBSAWM e RANGER, 2006).

Boissevain (1992, p.7) distinguiu em seus estudos diferentes categorias de práticas de revitalização das tradições. Ele define, assim, seis formas de proceder ao relançamento das tradições: “Inovação (caracterizado como novidade e invenção); Revitalização (recuperar, conservar e preservar); Reanimação (renovação); Restauração (salvaguardar as características originais); (Re)tradicionalização (construção de nova imagem a partir dos referenciais do passado), Folclorização (fenômeno cultural da modernidade para transformar as manifestações culturais em algo irrelevante ou em esquemas de entretenimento)”. Todas elas refletem a necessidade de cuidados específicos para aplicação de técnicas tradicionais em conjunto com as atuais (NETO DE JESUS, 2012).

Em processo ativo de revitalização cultural e identitária, as comunidades e os espaços destinados a esta finalidade são palcos para desencadear uma relação quase obrigatória de (re)territorialização (caso elas estejam desterritorializadas). Por meio da participação efetiva, do diálogo com a comunidade autóctone, podem-se identificar os significados das perdas provocados ao longo do tempo, garantindo legitimidade e permanência a estes enquanto grupo social e cultural. Nesse sentido, a cultura moderna e globalizada é também cultura reterritorializada na medida em que os indivíduos e os traços culturais se separam de espaços fixos e se encaixam em novos cenários culturais (re)inventados (KLINK, 2001).

Para Lefebvre (1991), todavia, a modernidade pode ser entendida como atmosfera portadora não apenas

de todo um conjunto de novas perspectivas e práticas sociais, mas também de determinantes transformações na espacialidade urbana, destruindo velhas urbanidades e substituindo-as por novos formatos. Relacionando a realidade indígena, marcada historicamente pelas interferências culturais da sociedade não indígena, a modernidade configura-se pelas adaptações constantes nos hábitos e costumes tradicionais (formas de subsistência, moradia, religião, indumentária, alimentação, educação, estrutura familiar e representativa). Com a nova realidade dessa sociedade, intensificam-se os conflitos socioculturais (aglomerações urbanas, favelas, suicídio, miséria, dependência química, entre outros fatores).

Também Hall (2006, p.7) auxilia no processo de entendimento da evolução da teoria social e na questão de identidade na atualidade. Para ele,

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Complementando essa afirmação, o autor apresenta o contexto das transformações das sociedades modernas no presente século. Ele aponta para a existência da tendência de fragmentação da paisagem cultural de classe, gênero, sexualidade, etnia e nacionalidade. Para Hall (2006, p.9): “[...] Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma crise de identidade para o indivíduo”.

Sobre a distinção entre as sociedades “tradicionais” e as “modernas”, Anthony Giddens (2000, p. 37-38) faz observação importante:

[...] nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes [das] práticas sociais constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter.

Assim sendo, a variação nos tempos atuais é cíclica e não é apenas baseada nas experiências de convivência das mudanças rápidas. Observa-se, segundo o pensamento de Giddens (2000), a presença de uma forma reflexiva e subjetiva que contribui para “o pensar” de uma (re)tradicionalização, que se fundamenta na transformação cautelosa e diferenciada para cada povo, etnia ou comunidade em questão. É importante também frisar que a (re)identificação cultural não acontece de forma automática e híbrida, já que cada indivíduo possui suas características pessoais, e ele mesmo percebe que nesse “cenário” sempre existirão perdas e ganhos a serem geridos em seu meio coletivo.

Esse 'jogo' estabelecido diante das transformações influenciadas pelo capital provoca efeito multiplicador sobre as culturas, produzindo possibilidades de novas posições e identificação seja pelo aspecto político, diverso, fixo, híbrido e contraditório. Segundo Robins (1991), nessa relação, algumas identidades são estimuladas a recuperar suas unidades de valores (referindo-se à terminologia da palavra “tradição”) sentidas como perdidas ou esquecidas ao longo do tempo. Em contraponto, outros grupos identitários aceitam que as tradições estão sujeitas aos planos da história, da política, da representação, da alteridade e, dessa forma, é pouco provável que elas se tornem novamente unitárias ou “puras” provocando o que o autor denomina de “Tradução”.

Segundo Robins (1991), existe oscilação entre tradição e tradução. Cada vez mais se torna evidente, na atualidade, esse câmbio performático, uma vez que estão surgindo novas identidades culturais que não estão fixas, mas sim em transição, e que são produzidas de complicados cruzamentos e misturas culturais diante do cenário global. O termo “tradução”, como é observado por Robins (1991), surge etimologicamente, do latim, significando “transferir”; “transportar entre fronteiras”, isto é, esse conceito descreve as formações de identidade que atravessam as fronteiras tradicionais, composta por indivíduos

que foram varridos de sua terra natal. Para o autor:

Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas e que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. (ROBINS, 1991, p. 41).

Assim, elas transportam os traços culturais das tradições, das linguagens e das histórias particulares, sem que isso não permita unificar no velho sentido, já que são produtos de várias histórias e culturas inter-relacionadas, pertencentes a uma e, ao mesmo tempo a várias culturas; ou seja, pode ser revistos pelo prisma da pluralidade cultural. Robins (1991) aponta, dessa forma, que os indivíduos pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigados a renunciar e/ou redescobrir qualquer tipo de cultura “perdida” transformando-se, dessa forma, em homens traduzidos.

Hall (2006, p.89) salienta que estes homens: [...] devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens, a traduzir e negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia. Portanto, nesse cenário de (re)tradicionalização, vale lembrar que a identidade é formada, ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes e não é algo acabado. É preciso entender que as transformações nos meios sociais e culturais são inevitáveis. O que se espera dos agentes de fomento da globalização é a responsabilidade de envolver as comunidades ditas como tradicionais como, por exemplo, as comunidades indígenas e quilombolas, para perceberem os aspectos positivos e negativos das interferências. Não se podem mais imaginar, como no caso do Brasil, estabelecimentos de territórios fechados e intocáveis, sem que haja a mão do “branco” interferindo e, muitas vezes, determinando os rumos culturais.

É preciso valer-se de cidadania para conquistar o estabelecimento de direitos e regras a serem seguidas por todos, mesmo diante do preconceito com a comunhão por outras culturas distintas e do crescimento acelerado da economia. É preciso enxergar a (re)tradicionalização como instrumento de revitalização de culturas “esquecidas” até mesmo pelas próprias comunidades, como acontece quando o indígena deixa seus territórios tradicionais para desbravar outras fronteiras, muitas vezes, estabelecidas nos núcleos urbanos massificados.

Por outro lado, é possível estabelecer contraponto entre o “ser tradicional”, sabedor de suas raízes culturais, com o “ser pós-moderno”, que utiliza dos benefícios do sistema econômico, mas também evidenciando suas origens, sem renegá-las. Nesse aspecto Sahlins (2007, p.524) é categórico ao afirmar:

[...] A cultura tradicional tem seus valores superiores, mas as geladeiras, os motores de popa e os televisores não se encontram entre eles. O culturalismo moderno inclui a demanda da posse dessas coisas ou, mais exatamente, domesticá-las. Os defensores da cultura nativa dispõem-se a fazer concessões úteis a cultura dominante até utilizar suas técnicas e ideais no processo de distinguir os deles.

No fim das contas, em qualquer setor local do sistema global, a transformação assume a aparência dual de assimilação e diferenciação. Dialogando no mesmo sentido, Anderson (1993, p. 93) declara que o 'ser pós-moderno é encontrar-se em um ambiente de aventuras, poder, alegria, desenvolvimento, sem transformação'. Os ambientes e as experiências contemporâneas passam todas as fronteiras da geografia e das etnias, das classes e das nacionalidades, das religiões e das ideologias. Nesse sentido, pode-se dizer que a pós-modernidade une, de certa forma, toda a humanidade. Entretanto, trata-se de uma união paradoxal, união da desunião, desintegração e renovação, de lutas e contradições, de ambiguidade e angústias perpétuas. Mesmo diante da dialética que abarca a pós-modernidade, acredita-se que a inserção do indígena nos meios políticos e representativos contribuiria para a identificação como sujeita de voz política ativa e permitiria sua inclusão nas discussões gerais e sobre os efeitos da globalização cultural (NETO DE JESUS, 2012).

1.4.3 Objetivos

Investigar aspectos ou elementos de territorialidade e desenvolvimento regional/local das cidades indutoras de turismo em Mato Grosso do Sul, sobretudo na capital Campo Grande, na busca de possíveis

relações e possibilidades para e na implantação do segmento Turismo de Experiência.

- Caracterizar o mapa turístico de Mato Grosso do Sul, a partir das cidades indutoras de turismo (Campo Grande, Bonito e Corumbá) previstas na Política Nacional de Turismo, mediante os aspectos territoriais e em processos de desenvolvimento local/regional;
- Investigar propostas e atividades de Turismo de Experiência no território sul-mato-grossense buscando identificar a presença de aspectos e elementos que configuram este segmento de turismo em relação ao cuidado e conservação das culturas locais/regionais;
- Identificar possibilidades para contribuir em processos de conservação das culturas, por meio da territorialidade e do desenvolvimento regional/local, via modalidade Turismo de Experiência, na perspectiva dos processos interculturais e multidimensionais do desenvolvimento.

1.4.4 Metodologia e Avaliação

Para Gomes (2007), o método científico está para além da técnica, pois considera quatro dimensões que demarcam esta diferenciação, quais sejam: a epistemológica, pois a partir de um modelo de ciência se avalia se uma pesquisa é ou não científica; a teórica, que considera os conceitos e princípios que orientam o trabalho interpretativo; a morfológica, uma vez que se estrutura sistematicamente o objeto de investigação e, por último, a técnica, que se ocupa do controle da coleta de dados e do necessário diálogo entre eles e a teoria que os suscitou.

Os procedimentos metodológicos da presente pesquisa serão constituídos a partir da investigação qualitativa de caráter bibliográfico, documental e social, integrando o grupo de pesquisas de ordem qualitativa.

Segundo Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa se desenvolve em uma situação natural, possui ricos dados a serem descritos, focalizando a realidade de uma forma complexa e contextualizada, onde o pesquisador entra no ambiente natural da pesquisa e obtém dados diretos da fonte, buscando qual o real significado que o participante da pesquisa dá à sua vida e às coisas. Esse tipo de pesquisa normalmente ocorre por um trabalho de campo cuidadoso e intenso, cujo material da pesquisa é vasto em situações, acontecimentos, descrições incluindo entrevistas e depoimentos, onde há uma preocupação maior com o processo que será empreendido, no sentido que dá aos saberes, fatos e vida, do que com o produto final da pesquisa (GONÇALVES, 2016).

Neste contexto, o dever do pesquisador em uma investigação de caráter qualitativo “[...] é justamente o de servir como veículo inteligente e ativo entre esse conhecimento acumulado na área e novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 5). Este processo abriga e permite que em seu interior se gestem diferentes relações e vivências entre os sujeitos envolvidos – pesquisador e pesquisado abrindo possibilidades históricas. De acordo com o antropólogo e pesquisador Carlos Rodrigues Brandão (1987, p.12),

[...] quando o outro se transforma em convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua vida, de sua cultura. Quando o outro me transforma em um compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua história.

A realização de uma investigação prevê o confronto entre dados, evidências, registros e um conhecimento teórico acumulado sobre determinado assunto. Este conhecimento carrega as marcas e sinais do seu tempo, comprometido com sua realidade histórica não pairando acima dela, como uma verdade absoluta. “A construção da ciência é um fenômeno social por excelência [...] a pesquisa traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, preferenciais, interesses e princípios que orientam o pesquisador” (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 03).

O desenvolvimento da pesquisa qualitativa será caracterizada como uma investigação que não exige regras precisas com aplicabilidade em um grande número de casos. A pesquisa por amostragem neste formato é indicada quando a análise de alguns casos é suficiente para permitir estimativas referentes ao universo. Já a coleta de dados é que determina as questões que serão levantadas (variáveis), e em seguida construídos os instrumentos de coleta de acordo com o tipo de dado que se pretende obter (DENCKER, 2003).

No que relaciona ao contexto da pesquisa bibliográfica ela é entendida pela revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é chamada de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes que segundo Boccato (2006, p. 266), “[...] a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas”.

Nesse sentido, a revisão de literatura possui vários objetivos, entre os quais se destacam a) proporcionar um aprendizado sobre uma determinada área do conhecimento, neste caso do campo epistemológico do turismo; b) facilitar a identificação e seleção dos métodos e técnicas a serem utilizados pelo pesquisador pela aproximação dos conceitos de turismo, territorialidade, cultura, experiência, tradição, desenvolvimento, entre outras atribuídas a temática da pesquisa.

A pesquisa documental será desenvolvida em diferentes momentos da investigação, como objetivo complementar o referencial teórico e subsidiar o processo investigativo em desenvolvimento. Serão utilizados entre outros documentos: o Plano Diretor dos municípios indutores de turismo (Campo Grande, Corumbá e Bonito), Atas de Conselho Municipal de Turismo e Inventário Turístico desses municípios.

Segundo Bravo (1991), são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. Nesta concepção é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem; e os documentos-objeto (BRAVO, 1991).

Nas ciências sociais e aplicadas a entrevista é um recurso difundido e utilizado. Esse tipo de técnica de pesquisa, permite que as captações das informações sejam mais coerentes e completas, no entanto é preciso estar atento a todas as informações que são transmitidas pelo entrevistado, bem como a linguagem corporal, suas expressões, gestos e alterações do ritmo de conversa, para uma eficaz análise dos registros. Para Lüdke e André (1986 p. 34), “uma entrevista bem feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais”.

A entrevista semiestruturada utilizada como recurso metodológico permite ao pesquisador elaborar e conduzir as perguntas com maior liberdade, podendo ainda conter algumas perguntas mais fechadas, como por exemplo, idade, ocupação, domicílio, entre outros. Esta forma de entrevista permite ao pesquisador buscar maiores esclarecimentos na elaboração das repostas do entrevistado, sendo possível estabelecer um diálogo entre entrevistador-entrevistado e oportunizar às pessoas entrevistadas responderem mais nos seus próprios termos e linguagem (MAY, 2004).

Nesta direção, será desenvolvida uma pesquisa de ordem social, por meio de entrevistas semiestruturadas envolvendo gestores turísticos, turistas, profissionais e a sociedade civil organizada buscando mapear a presença de aspectos, elementos e possibilidades de ações neste campo de atividade, preservação das culturas e desenvolvimento regional/local.

O objetivo da pesquisa social não será de fazer um comparativo entre dois ou mais segmentos de turismo e/ou regiões, mas ampliar as investigações na direção de uma complementação de dados de caráter empírico visando subsidiar as discussões envolvendo os aspectos e elementos identificados no mapeamento das práticas de Turismo que pudessem vir a ser potencializados numa futura possível aplicação do Turismo de Experiência.

Após a transcrição dos registros orais, os mesmos serão sistematizados na forma de quadros – síntese por ênfases e similaridades (RICHARDSON, 1989). No decurso do processo de sistematização dos registros em forma de ênfases alguns pontos estarem mais presentes com maior frequência, enquanto traços comuns na diversidade da trilha teórica elaborada, documentos analisados e entrevistas desenvolvidas dando origem a pontos de encontro em um exercício de circunscrição temporária enquanto eixos sinalizadores a mover e subsidiar o exercício de análise. A análise dos registros será registrada academicamente por meio de diário de campo,

buscando socializar discussões, reflexões e sinalizações relativas à problemática trazendo citações dos sujeitos entrevistados, falas de autores utilizados no decorrer da pesquisa empreendidas acrescidas de outros cuja contribuição e pertinência ao proposto se apresentaram relevantes.

1.4.5 Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Tradução coordenada por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABEOC. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS. Disponível em: <<http://www.abeoc.org.br/2015/09/turismo-injeta-r-104-milhoes-na-economia-de-corumba-ms/>>. Acesso em: 16 set. 2016.

ALMEIDA, Noslin de Paula (Org.). Estudos e Pesquisas Turísticas em Bonito. Campo Grande, MS: Ed UFMS, 2013.

ANDERSON, P. Modernidad y revolución. In: El debate modernidad e posmodernidad. Org. Nicolas Casullo. Buenos Aires, Argentina: El cielo por asalto, 1993.

ANTUNES, Manuel de Azevedo. Do crescimento econômico ao desenvolvimento humano em tempos de globalização. Revista Lusófona de Ciências Sociais, Lisboa, n. 1, p. 73-83, 2004.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

BARRETTO, M. Planejamento responsável do turismo. Campinas: Papyrus, 2005.

BARQUERO, A. V. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial Investigaciones Regionales, núm. 11, 2007, pp. 183-210 Asociación Española de Ciencia Regional Madrid, España, 2007.

BENI, M. C. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. Revista Turismo - Visão e Ação, Balneário Camboriú, v. 6, n. 3, p.295-305, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1063>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

BERKELEY, G. Tratado sobre os princípios do conhecimento humano. Investigação acerca do entendimento humano. In: HUME, David. Ensaios morais, políticos e literários. Tradução: Antonio Sergio et al. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRAVO, R. S. Técnicas de investigação social: Teoria e ejercicios. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

BOISSEVAIN, J. Revitalizing Rituals in Europe. London: Routledge, 1992.

BORDAS, Eulogio. Hacia el turismo de la sociedad de ensueño: nuevas necesidades de mercado. Conferencia celebrada en el acto de Inauguración del primer semestre del curso 2002-2003 de los Estudios de Economía y Empresa de la UOC. UOC [on line], 2003. p. 1-16. Disponível em: <www.uoc.edu/dt/20219/20219.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2015.

BLOSS, Wladimir. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL. Mário. Turismo rural: ecologia lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 199-222.

BRANDÃO, C. R. (Org.). Repensando a pesquisa participante. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- BANDEIRA de Campo Grande. In: CUNHA, F. A. M.; DEQUECH, L. (Coord.). Campo Grande – 100 anos de construção. Campo Grande, MS: Matriz, 1999. p. 363.
- CAPRA, F. O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CHAUI, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ed Ática, 2006.
- CLAVAL, P. A geografia cultural. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.
- CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. São Paulo: EDUSC, 1999.
- DENCKER, A. de F. M. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo. São Paulo – Futura, 2003. 
- DIAS, Reinaldo. Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.
- EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. Política Nacional de Turismo 1996-1999. EMBRATUR: Brasília, 1999.
- FAGUNDES, C.; ASHTON, M. S. G. A Oferta Turística em Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil: o potencial criativo como diferencial competitivo. Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, 8(I), e008, pp. 1-15, 2016.
- GAETA, Cecília. Turismo de experiência e novas demandas de formação profissional. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecilia. (Org.). Turismo de experiência. São Paulo: Ed Senac, 2010. p. 133-150.
- GIDDENS, A. Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical. São Paulo: UNESP, 1996.
- _____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A. et. alii. Modernização reflexível: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.
- _____. Tradição. In: O mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós. Tradução de Maria Luiza de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 47- 60.
- GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In.: DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.(org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. P. 79-108.
- GONÇALVES, Debora Fittipaldi. Turismo de experiência, cultura e desenvolvimento: uma relação possível para o Pantanal Mato-Grossense na Sub-Região de Miranda. 2016. 253f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.
- GOVERNO DO ESTADO DE MS. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR). Institucional. Disponível em: <http://www.turismo.ms.gov.br/> Acesso em 17. mar. 2016.
- GOVERNO DO ESTADO DE MS. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Institucional. Disponível em <http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br>. Acesso em 15 ago. 2016.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- HOBSBAWM, E. & RANGER, T. A invenção das tradições. 4 ed. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.
- HUME, David. Investigação acerca do entendimento humano. Tradução integral, notas e glossário: Anoar Aiex. São Paulo: Editora Nacional; Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.
- KIM, Douglas (Trad.). O livro da Filosofia. São Paulo: Globo, 2011.
- KLINK, J. J. A cidade-região: regionalismo e reestruturação produtiva no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 225p.
- LANDER, Edgardo. Crisis Civilizatórias, Límites del planeta, asaltos a la democracia y pueblos en resistencia. In: QUINTERO, Pablo (ed.). Crisis Civilizatória, desarrollo y Buen Vivir. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 27-58.
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED, 2005.
- MATEOS, Manuel Rivera. Turismo Responsable y Relaciones Interculturales en el contexto de la globalización. In: Jornadas sobre Investigación e Innovación para la Interculturalidad, 1., Córdoba, 2012. Interculturalidad un enfoque interdisciplinar. Córdoba: Universidad de Córdoba, Cátedra Intercultural, 2012. p. 181-205. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo;jsessionid=FB4729025606D425FC8977CECB766AE2.dialnet01?codigo=4780444>>. Acesso em: 05 fev. 2015.
- MATTEDI, Marcos Antônio. Pensando com o desenvolvimento regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, v.2, n.2, p. 59-105, jun. 2015.
- MAZUEL, Luc. Patrimônio cultural e turismo rural: o exemplo francês. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. Turismo rural: ecologia lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 95- 115.
- MICHAUD, Ives. Locke. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- MORETTI, E. C. Pantanal, paraíso visível e real oculto: o espaço local e o global. Rio Claro-SP. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação Doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2001.
- MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Org.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.
- NETO DE JESUS, D.L. A (re)tradicionalização dos territórios indígenas pelo turismo: um estudo comparativo entre os Kadiwéu (Mato Grosso do Sul, BR) e Maori (Ilha Norte, NZ). Curitiba, 2012. 264f. Tese (doutorado) Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curso de Pós-Graduação

em Geografia. 2012.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia: do Humanismo a Kant. São Paulo: Paulinas, 1990. v.2. (Coleção Filosofia).

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ROBINS, K. Tradition and translation: national culture in its global context. Londres: Routledge, 1991.

SAHLINS, M. Cultura na prática. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2007.

SANTOS G. R.; SOUZA, O. do N.; BARROS, R. G. da S. Banho de São João: Reflexos na Economia de Corumbá. Revista GeoPantanal • UFMS/AGB • Corumbá/MS • N. 19 • 27-38 • jul./dez. 2015

SARTRE, J. P. O Existencialismo é um Humanismo. 3a ed. Trad. Vergílio Ferreira, Lisboa: Editorial Presença, 1970.

SARTRE, Xavier Arnaud; BERDOULAY, Vicent. Teoria do sujeito, geografia e desenvolvimento local. Novos Cadernos NAEA, Belém do Pará, v.8, n. 2, p.109-124, dez. 2005.

NETO DE JESUS, D.L. A (re)tradicionalização dos territórios indígenas pelo turismo: um estudo comparativo entre os Kadiwéu (Mato Grosso do Sul, BR) e Maori (Ilha Norte, NZ). Curitiba, 2012. 264f. Tese (doutorado) Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curso de Pós-Graduação em Geografia. 2012.

STEPHEN, Alain. Filosofia para apressadinhos: as maiores citações filosóficas de todos os tempo e o que as realmente significam. Tradução: Jorge Ritter. 1 ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

TAYLOR, Charles. As fontes do self: construção da identidade moderna. Tradução: SOBRAL, Adail Ubirajara; AZEVEDO, Dinah de Abreu. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

TOUR DA EXPERIÊNCIA. Institucional. Disponível em: <<http://www.tourdaexperiencia.com.br/institucional>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. A viagem como experiência significativa. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecilia. (Org.). Turismo de experiência. São Paulo: Ed Senac, 2010. p.21-42.

_____. A viagem: caminho e experiência. São Paulo: Aleph, 2013.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TURNER, Victor. From Ritual to Theatre. New York: Performing Arts Journal Press, 1982.

VIANNA, C. Os nós do “nós”: crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

1.4.6 Observações

Sem Observações

1.5 Anexos

Nome	Tipo
parecer_proj_prof_netto_2016_pesquisa.pdf	ANEXO 3 - Anuência

2. Equipe de Execução

2.1 Membros da Equipe de Execução

Docentes da UEMS

Nome	Regime - Contrato	Instituição	CH Total	Funções
Debora Fittipaldi Goncalves	Tempo Integral	UEMS	704 hrs	Colaborador
Djanires Lageano Neto de Jesus	40 horas	UEMS	1504 hrs	Coordenador, Gestor
Waldir Leonel	40 horas	UEMS	0 hrs	Colaborador

Discentes da UEMS

Não existem Discentes na sua atividade

Técnico-administrativo da UEMS

Não existem Técnicos na sua atividade

Outros membros externos a UEMS

Não existem Membros externos na sua atividade

Coordenador:

Nome: Djanires Lageano Neto de Jesus

Nº de Matrícula: 8515661

CPF: 82525099168

Email: netoms@uems.br

Categoria: Professor Adjunto

Fone/Contato: 6799341969 / 34119016

2.2 Cronograma de Atividades

Atividade: Análise e Tabulação dos Dados

Início: Set/2018 **Duração:** 4 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 16 Horas/Mês

Carga Horária Semanal: 4 Horas

Responsável: Debora Fittipaldi Goncalves (C.H. 16 horas/Mês)

Atividade: Elaboração do Primeiro Relatório Técnico

Início: Mar/2018 **Duração:** 2 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 16 Horas/Mês

Carga Horária Semanal: 4 Horas
Responsável: Djanires Lageano Neto de Jesus (C.H. 16 horas/Mês)

Atividade: Elaboração do Segundo Relatório Técnico
Início: Set/2018 **Duração:** 2 Meses
Somatório da carga horária dos membros: 16 Horas/Mês
Carga Horária Semanal: 4 Horas
Responsável: Djanires Lageano Neto de Jesus (C.H. 16 horas/Mês)

Atividade: Pesquisa Bibliográfica
Início: Mar/2017 **Duração:** 20 Meses
Somatório da carga horária dos membros: 64 Horas/Mês
Carga Horária Semanal: 16 Horas
Responsável: Djanires Lageano Neto de Jesus (C.H. 64 horas/Mês)

Atividade: Pesquisa Documental
Início: Mar/2017 **Duração:** 20 Meses
Somatório da carga horária dos membros: 32 Horas/Mês
Carga Horária Semanal: 8 Horas
Responsável: Debora Fittipaldi Goncalves (C.H. 32 horas/Mês)

Atividade: Pesquisa exploratória (pesquisa social)
Início: Set/2017 **Duração:** 10 Meses
Somatório da carga horária dos membros: 16 Horas/Mês
Carga Horária Semanal: 4 Horas
Responsável: Djanires Lageano Neto de Jesus (C.H. 16 horas/Mês)

_____, 13/03/2017
Local

Djanires Lageano Neto de Jesus
Coordenador(a) da Proposta de Pesquisa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Parecer do Coordenador de Curso

Parecer do Gerente da Unidade